

ANEXO IV. SINTESE DOS OBJECTIVOS E PILARES DE APOIO

Indice

OBJECTIVO I: AUMENTO DA PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRÁRIA E PESQUEIRA.....	2
OBJECTIVO II: PROMOÇÃO DO EMPREGO	13
OBJECTIVO III: DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL	18
PILAR DE APOIO DA GOVERNAÇÃO	36
PILAR DE APOIO MACROECONÓMICA.....	45
ASSUNTOS TRANSVERSAIS.....	72

OBJECTIVO I: AUMENTO DA PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE AGRÁRIA E PESQUEIRA

Data dos Encontros realizados: 22 e 26 de Março de 2013;

Local e Hora: Direcção de Economia/MINAG (9h e 14h).

Participantes nos encontros: MINAG; MPescas; MEnergia; MICOA; MOPH (Estradas); MPD.

I. Documentos de Referência usados:

1. Relatório de Execução do Orçamento 2012 (Janeiro-Dezembro);
2. Balanço do PES 2012;
3. CGE 2011;
 - Tamanho da Relatório completo: Max 3 páginas
 - Prazo para Sumissão do Relatório ao MPD: **27 de Março de 2013**

II. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Grupo do Objectivo do Aumento da Produção e Produtividade realizou encontros durante a primeira semana dos trabalhos, a nível dos grupos sectoriais e depois o grupo reuniu-se para obter o ponto de situação dos trabalhos dos grupos sectoriais. Estes encontros foram liderados pelo Governo na Figura do Chefe do Objectivo (MINAG) e co-lidereado pelo Co-chefe do lado dos Parceiros com apoio do Ponto Focal do MPD. Durante os encontros a Sociedade Civil não se fez presente. Para além das discussões referentes ao grau de desemenho dos indicadores do QAD e PARP, o grupo discutiu a coordenação intersectorial e verificou-se a necessidade de os sectores articularem no acto de programação das actividades nos planos, antes de aprovados, de forma a garantir a planificação integrada e coordenada.

III. Avaliação do desempenho do Governo em 2012;

Agricultura:

1. Indicador: *Percentagem de produtores assistidos pela Extensão que adoptam novas tecnologias*

Meta: 10%

Realização 2012: 25%

Os produtores que adoptaram tecnologias são medidos através do Inquérito Agrícola Integrado (IAI) e através de estudos específicos sobre adopção. Em 2012 foi realizado o IAI o qual apurou que a percentagem dos produtores que adoptaram novas tecnologias foi 25%. A adopção foi referente ao uso de insumos melhorados (sementes melhoradas e uso de mecanização), uso de vacinações de gado e de galinha.

2. Indicador: Produtividade das culturas de Milho, Arroz e Soja

Meta: Milho - 1,014 ton/ha ; Arroz - 1,09 ton/ha; Soja - 1,10 ton/ha

Realização: Milho- 0,75 ton/ha; Arroz: 0,4 ton/ha; Soja – 1,17 ton/ha

Em 2012 verificou-se um marco estatístico que compreendeu a integração dos processos de recolha de informação, nomeadamente, o Aviso prévio e o Trabalho de inquerito agrícola (TIA), fase marcada essencialmente pela uniformidade na metodologia que passa a utilizar a amostragem probabilística e derivação da amostra a partir da amostra mãe do Censo Agro Pecuário. Para a medição dos rendimentos das culturas, o requisito primário é o conhecimento das unidades primárias de amostragem, nas quais são feitas as demarcações das parcelas e o devido acompanhamento pelos técnicos. Neste âmbito, os resultados do Inquerito agrícola integrado apuraram que a produtividade do Milho foi de 0,75 ton/ha, arroz: 0,4 ton/ha e Soja: 1,17 ton/ha.

Os dados reportados foram obtidos a partir do quociente entre a produção obtida e a área.

Referir que o desnível acentuado que se constata dos dados estatísticos, quando se analisa a evolução das áreas e produções da campanha agrícola 2011/2012, deve-se à mudança do sistema estatístico no Ministério da Agricultura (MINAG), isto é do Sistema de Aviso Prévio (SAP) para o Sistema do Trabalho do Inquérito Agrícola Integrado (TIAI).

Assim, até a campanha agrícola 2010/2011, as estatísticas oficiais decorriam do Sistema de Aviso Prévio (SAP), a partir de 2012 (campanha agrícola 2011/2012), com a aprovação do Plano Director de Estatísticas Agrárias, que faz uma integração do SAP e do TIA, os dados foram recolhidos com base no sistema integrado e constituem um “marco estatístico” a partir do qual será avaliada o Plano Estratégico para o desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA. 2011-2020).

Com este marco estatístico, não faz sentido a análise da evolução do desempenho do sector agrário entre as campanhas agrícolas 2010/2011 e 2011/2012, devido a diferença de metodologias.

Referir que os dados apurados são da produção total e não da produtividade uma vez que neste período a realização do inquerito da 2ª fase já se fez a colheita das culturas.

Esperamos que esta informação só será actualizada em Junho de 2013, período em que já teremos a medição de rendimentos das culturas.

3. Indicador: *Número de comunidades com terra delimitada e certificada*

Meta: *Delimitada 50; Certificada 55;*

Realização: *Delimitada - 108; Certificadas - 56*

Em 2012, foram delimitadas no país 108 áreas comunitárias correspondentes a uma área de 1.598.708,44 hectares. A província de Niassa delimitou 48 comunidades, Zambézia 27 comunidades, Gaza 16 comunidades e Nampula 6 comunidades. Do total da área delimitada, cerca de 76% (1.217.081,66 ha) registou-se na província de Niassa. No mesmo período foram certificadas 56 comunidades com uma área de 104.341,35 hectares.

4. Indicador: *Áreas com sistemas de regadio construído, reabilitado e em aproveitamento (Hectares).*

Meta: 3000 ha, e em aproveitamento 60%

Realização: 10.100 ha e em aproveitamento 60% (1.500 ha no regadio de Chokwé, 8.500 ha no regadio do Baixo Limpopo e 100 ha no regadio do Búzi).

A meta revista para o PES- 2012 é de 1.500 ha, referentes ao Regadio de Chókwe. Destes até ao final do ano foram reabilitados cerca de 1500 ha, representando uma realização de 100%. Em relação ao regadio do Baixo Limpopo foram reabilitados 8.500 ha. Igualmente, foram reabilitados 100 ha no Regadio de Buzi (Província de Sofala).

No âmbito da operacionalização do PEDSA o Governo aprovou o Plano Nacional de Investimentos do Sector Agrário um instrumento que permitirá ao Ministério da Agricultura a mobilização de Recursos Financeiros para financiar as prioridades do Sector Agrário , com o culminar da realização da Conferencia de Investidores que teerá lugar em Abril de 2013.

Este documento orientador irá reforçar a estrutura de diálogo entre o governo e os parceiros e também irá estimular maior investimento privado no Sector Agrário.

Em Novembro de 2012, o Conselho Superior de Estatísticas aprovou o Plano Director de Estatísticas. Este Instrumento está em implementação com enfoque na Integração dos Sistema do Aviso Prévio e do Trabalho de Inquérito Agrícola.

Pescas:

Indicador de Produto 9.1: “Número de infra-estruturas de apoio a pesca artesanal construídos (não cumulativos) ”

Meta 2012: 3 Mercados retalhista, 5 fábricas de gelo adquiridas, 12 mercados de primeira venda

De uma forma geral o desempenho do sector das Pescas foi satisfatório. Foram concluídos 2 mercados retalhistas (Pemba-Mbanguia e Beira-Praia Nova), 4 Mercados de Primeira Venda (Metangula-Sede, Memba-Baixo Pinda; Moma-São Patricio e Ilha de Moçambique) e adquiridas 3 unidades de produção de gelo.

Foram adquiridos ainda 6 congeladores (270 litros cada) para conservação de gelo (2- Praia Nova, 2 - Moma São Patrício e 2 Angoche-Metal Box). Foi reparada a 1 fábrica de gelo (Moma). Devido a limitações de liquidez e/ou questões de burocracia, não foram construídos 5 mercados de primeira venda e dois mercados retalhistas. Há que referir que durante o período, foram formadas e capacitadas comissões de gestão do mercado, em media constituídos por 12 membros, que apoiam a operacionalização destes mercados.

Estradas:

O desempenho do sector de estradas é medido pela extensão da rede em condições de transitabilidade, que garantam a ligação eficiente e eficaz entre áreas de potencial agro-económico com os mercados e áreas de consumo. O grau de transitabilidade rodoviária é deste modo medido pelo estado de conservação da rede rodoviária que permita a fácil circulação de viaturas.

No período em análise, o desempenho do sector manteve-se nos mesmos níveis alcançados no primeiro semestre, 70% da rede de estradas em condições de transitabilidade “boa” e “razoável, representando 2 pontos percentuais abaixo do planificado.

A desaceleração verificada na segunda metade do ano em análise, foi influenciada pelo fraco desempenho dos executores do programa de estradas e pelos efeitos das intempéries verificadas no final do ano de 2012”.

Ambiente:

O desempenho do sector do Ambiente durante o ano de 2012, no âmbito da implementação do Plano Económico e Social (PES), com destaque para o cumprimento do Quadro de Avaliação de Desempenho no concernente a Implementação do PARP, 2011- 2014 foi satisfatório.

Assim, as principais realizações centraram-se nas áreas de Coordenação Intersectorial, Gestão Ambiental, Planeamento e Ordenamento Territorial, Promoção Ambiental, Mudanças Climáticas, e Qualidade Ambiental.

Os grandes desafios ambientais na agenda internacional, centraram-se na realização da Cimeira do Rio+20 e o Lançamento do Roteiro Rumo a Economia Verde. No mesmo período o País acolheu vários eventos, entre vários, destacam-se a realização da Sétima Conferência das Partes da Convenção de Nairobi em Maputo, onde foram discutidos documentos importantes com vista a materialização do protocolo sobre a gestão e desenvolvimento marinho e costeiro integrando a região ocidental do Oceano Índico, onde são parte todos os países da linha da costa do oceano Índico, incluindo os pequenos estados insulares. Igualmente, o MICOA liderou o processo de preparação e participação de Moçambique na Décima Oitava Conferência das Partes da Convenção Quadro das Mudanças Climáticas realizada em Qatar, onde se realizou em paralelo a CM 8 (Oitava Reunião das Partes do Protocolo do Quioto).

Na arena nacional o destaque vai para a elaboração e aprovação pelo Conselho de Ministros da Estratégia Nacional Sobre as Mudanças Climáticas cujo processo de elaboração consistiu em várias consultas ao nível nacional. Por outro lado, foi aprovada a proposta de prontidão do País (R-PP), e o respectivo Quadro legal (Decreto), o que irá conduzir ao País ao desenho da Estratégia do REDD+(Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), num processo igualmente envolvente de todos os segmentos da sociedade.

A elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica da Costa de Moçambique, e 46 perfis ambientais dos distritos de todas as províncias costeiras merece igualmente um destaque

Foi Preparada e Testada a adaptabilidade climática, viabilidade ecológica e económica das espécies marinhas através do cultivo experimental de duas espécies de peixe (Bacalhau Cobia e Corvina Gigante) na estação de Aquacultura do CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisa do Ambiente Marinho) em Cabo Delgado;

IV. Número de indicadores do QAD analisados, e a sua classificação segundo as seguintes categorias: (i) atingido ou (ii) não atingido ou (iii) não atingido mas com progresso.

No Quadro de Avaliação de Desempenho para 2012, o único indicador (no 8): ***“numero de projectos e iniciativas no âmbito da mitigação e adaptação as Mudanças Climáticas”***. Dos 24 projectos planificados foram implementados 7 nas zonas mais áridas do país, nomeadamente, Gaza, com a implementação de dois grandes projectos de adaptação a seca e conservação de água nos distritos de Chicualacuala e Guijá onde foram construídas 4 cisternas de placas para recolha e armazenamento de águas da chuva nas comunidades de Nhamgwenha (20 mil litros), Gumbane (52 mil

litros e outra de 18 mil litros), Magimisse (de 52 mil litros) em Chicualacuala e foram introduzidos várias culturas resistentes à seca e aquacultura.

Tambem foi feita a abertura de um furo de água em Umbene (Posto Administrativo de Nalazi- Gaza) com 160 metros de profundidade e um sistema solar para bombeamento de água em Ndombe e Mepuza, beneficiando de forma directa mais de 826 pessoas(Falta informação do INGC dos 5 projectos).

Indicador de produto: Numero de projectos e iniciativas no âmbito de mitigação e adaptação as Mudanças Climáticas

Meta 2012: 24 Projectos e Iniciativas

De referir para o QAD 2013, este indicador foi alterado para o **“Numero de planos sectoriais que integram as questões sobre mudanças Climáticas”**

Agricultura:

Relativamente aos quatro indicadores do QAD, referir que 3 dos indicadores atingiram a meta e um indicador “Produtividade das culturas de Milho, Arroz e Soja” não atingiu a meta, embora a produtividade de Soja superou a meta que tinha sido planificada. Em relação a adopção de novas tecnologias referir que a medição para este indicador foi com base nos resultados do Inquerito Agrícola Integrado (IAI), e as variáveis medidas foram: Uso de insumos melhorados (sementes e mecanização) e vacinações (de gado e galinhas). Com efeito há a necessidade de se aprofundar mais ainda sobre a metodologia de recolha de dados relativamente ao indicador relativo a produtividade

Para o indicador “Áreas com sistemas de regadio construído, reabilitado e em aproveitamento (Hectares)” referir que no âmbito do Acordo de cooperação Bilateral entre os Governos de Moçambique e da República Popular da China, cujo âmbito é construção de um sistema de regadio de grande escala no Baixo Limpopo, transferência de tecnologia na vertente de cadeia de produção agrícola e valor, com enfoque nos cereais, bem como a ligação com o mercado, a empresa chinesa Wambao AAD Lda mobilizou e expandiu 180 ha que estavam em exploração no início do ano (2012) para 8.500 ha.

Pescas:

De referir que, em relação ao indicador do QAD cabe-nos informar que, as metas não foram atingidas mas estando em progresso:

- 1- **Construção dos mercados de primeira venda:** Dos 12 mercados que constavam do plano anterior do IDPPE-Instituto de Desenvolvimento da Pesca de Pequena escala) com o financiamento do PROPESCA foram construídos 3 MPV em Nampula, não foram construídos os restantes 9 mercados devido a

nova abordagem no plano (actualização do plano em função das necessidades das comunidades, após uma auscultação, nos Pólos de desenvolvimento).

2- **Fábricas de gelo adquiridas:** Das 5 Fábricas de gelo planificadas foram instaladas 3, devido a reorientação do plano do PROPESCA que culminou com uma nova abordagem as 2 não serão instaladas (actualização do plano em função das necessidades das comunidades no Pólos de desenvolvimento).

3- **Mercados retalhistas:** Foi construído 1 na Província de Sofala (Beira-Praia Nova) em Maputo, devido a questões burocráticas entre o Governo Moçambicano e do financiador (Japão) não iniciou a construção, estando prevista para 2013.

- Os outros dois Mercados de Primeira Venda que estavam previstos para serem financiados pelo Fundo comum nas Províncias de Niassa e Zambézia, devido a insuficiência de fundos serão construídos em 2013.

Energia:

Com vista a melhor operacionalizar e efectuar a eletrificação dos Centros de Pesca, está em processo de finalização de um Memorandum de Entendimento entre os Sector de Energia e das Pescas. Espera-se que dentro deste ano os primeiros Centros de Pescas tenham o processo de electrificação iniciados.

Relativamente à construção e reabilitação de regadios, foi iniciado o processo para electrificação de dois regadios em Govuro e Mabote na Província de Inhambane. A conclusão esta prevista para o ano de 2013.

V. Principais Problemas Encontrados Durante A Execução 2012

Ambiente:

No contexto de dificuldades financeiras ditadas pela crise económica mundial, que tem ditado uma política de contenção de despesas a todos os níveis, com repercussões na dotação orçamental no sector público, referir que para o sector do Ambiente se traduziu em dificuldades na implementação plena de actividades na área de gestão ambiental (controlo da erosão e construção de aterros para resíduos sólidos devido a cortes orçamentais

Pescas:

Dificuldades de desembolsos por parte dos financiadores, impediram o arranque de obras de 5 mercados de primeira venda durante o período e 2 mercados retalhistas.

Agricultura

O relatório de balanço do PES em geral não aborda a relação existente entre as políticas e o orçamento. Por outro lado não se verifica o acompanhamento de todos os indicadores do PARP.

O Diálogo entre os parceiros e o governo não foi muito efectivo no respeitante a monitoria dos programas e dos indicadores do PARP

A Percentagem de execução global das actividades do sector na componente do Investimento Externo foi de 12% do orçamento do sector da Agricultura. Esta foi influenciada pelos projectos inscritos e que não passam pela conta única do tesouro , estando estes fora do sob controle do MINAG, por outro lado foram inscritos alguns projectos do Investimento Externo sem contapartida.

Houve atrasos na disponibilização do Plano de acção da auditoria do 2010, e os termos de referencia para 2011.Redução do número de Parceiros no Sector Agrário,Redução do montante investido para o sector por parte dos parceiros existentes.

VI. Proposta Das Soluções Para Melhorar o Desempenho Em 2013

Ambiente:

Maior destaque será dado ao reforço da planificação conjunta e a necessidade de se dar maior atenção na dotação orçamental pública ao sector e o preenchimento do quadro técnico com a necessária competência, sobretudo ao nível local.

Agricultura

Propõe-se que seja feita uma monitoria do PARP de forma sistemática e Incluir um capítulo que reflete a monitoria das políticas sectoriais no balanço do PES

Fortalecer o dialogo entre o governo e os parceiros no âmbito do PNISA.

Sub grupo financeiro do AgRED em coordenação com o MINAG, vai elaborar a análise do orçamento do sector agrário, para se entender a necessidade de uma definição mais apropriada do sector agrário

O MINAG vai esclarecer a situacao da auditoria 2010, e a planificação de auditoria pelo 2011 e 2012.

Necessidade de maior alocação de tempo para a preparação do Relatório ao nível do pilar.

Melhorar o nível de participação nos encontros sectoriais e temáticos

Mobilizar mais parceiros para o financiamento do PEDSA,

Incrementar os r por parte dos parceiros existentes,

VII. Identificação de indicadores/metas do QAD 2012-2014 a rever durante a Reunião de Planificação 2013;

Ambiente:

O Sector do Ambiente na Reuniao de Planificação do QAD 2012 fez a alteração do Indicador 8 por formas a reflectir melhor a questão das Mudanças Climáticas.

VIII. Avaliação do progressos relativo aos “Assuntos de Atenção Especial” identificados na RA2012, (veja anexo V).

Agricultura:

- Aprovado e em implementação o Plano Director de Estatísticas Agrárias (PDEA), e garantida a recolha de dados anual relativo a informação estatística agro-pecuária - MINAG.

IX. Ponto de situação sobre os estudos planificados para 2012 e indicar referência de acesso (veja anexo VI);

Agricultura:

- Em 2012 foi realizado o Inquérito Agrícola Integrado (IAI), o qual apurou que a percentagem dos produtores que adoptaram novas tecnologias foi 25%.
- Para 2013 vai se realizar estudos específicos para medir a adopção de novas tecnologias, mas especificamente para “o uso de celeiros melhorados”, para além da realização do Inquérito Agrícola Integrado (IAI).

X. Avaliação do desempenho em relação aos assuntos transversais relevantes; incluindo; onde necessário, comentários dos grupos dos assuntos transversais.

Ambiente:

No tocante as questões transversais destaque vai para a Realização do curso sobre Valorização dos ecossistemas e integração dos aspectos ambientais com a

componente de Género e Ambiente, Mudanças Climáticas, Pobreza e Ambiente com a participação de 22 unidades ambientais dos diferentes sectores ao nível central

No mesmo período foram operadas várias reformas institucionais ao nível do CONDES visando o reforço do seu papel de assessoria com o maior envolvimento do sector privado, academias, ONGs e os sectores da educação e MAE bem como o alargamento das sessões deste órgão para os governos provinciais.

Por outro lado o FUNAB assumiu um novo desafio que é a sua acreditação para se transformar numa entidade nacional da Implementação de Projectos de Adaptação às Mudanças Climáticas, com reconhecimento internacional

Foram realizadas duas edições da feira do Ambiente em Nampula e Maputo com objectivo de promover o princípio dos 3Rs (Redução, Reutilização e Reciclagem de resíduos) e emponderamento de jovens e mulheres no âmbito do combate a pobreza urbana, destacando-se ainda a construção de infraestruturas para o Projecto-piloto de Compostagem de Resíduos Sólidos Orgânico na Cidade de Nampula no Bairro de Muhala Expansão, empregando um total de 35 pessoas (30 homens e 5 mulheres). No âmbito do aumento das áreas de protecção e conservação, o destaque vai para a declaração da Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas pela sua extensão e importância. Contudo, foram também declaradas Área de protecção parcial a reserva do Lago Niassa e Sítio Ramsar, cujo plano de manejo está em curso.

Em resposta a Iniciativa Presidencial “Um Líder Uma Floresta Nova”, o destaque vai para as 19.154 Florestas Comunitárias criadas em todo país, e onde também foram capacitados 2439 educadores ambientais em todo o país com vista a fazer face aos problemas ambientais levantados nas 300 localidades prioritárias no âmbito do Programa de Educação, Comunicação e Divulgação Ambientais (PECODA)

XI. Análise das principais lições aprendidas na sua área em 2012 com vista a melhorar em 2013, a planificação e processo orçamental para 2014 (máximo meia página).

Ambiente:

XII. Ao nível do sector do Ambiente, podem-se destacar entre várias lições as seguintes:

- I. A aprovação pelo Conselho de Ministros da Estratégia Nacional das Mudanças Climáticas como uma oportunidade para a implementação das actividades do sector do Ambiente na sua transversalidade, bem como o fortalecimento das capacidades sectoriais para dar resposta face as desafios que são impostas pelas Mudanças Climáticas, como

a recente situação das cheias e inundações em que o país de debate de forma cíclica,

- II. A implantação das florestas comunitárias no âmbito da Iniciativa Presidencial, Um Líder, Uma Floresta, que começou a ganhar muita relevância no seio das comunidades, o que representa uma subida gradual do nível da consciencia sobre a importancia da preservação dos recursos naturais;
- III. A introdução do novo indicador na matriz do PARP e no QAD sobre a elaboração dos planos sectoriais contemplando as questões sobre as mudanças Climáticas, o que irá de certo modo tornar a gestão transversal do ambiente uma realidade, bem como adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.
- IV. Subsídios para a avaliação dos PAPs;**

Em Geral a avaliação dos PAPs é satisfatória.

Para alguns Sectoes o Fundo Comum está na sua fase terminal e com a reduão de número de parceiro

- V. Avaliação geral do desempenho dos Parceiros na sua área (Satisfatório/Misto ou Insatisfatório) em 2012;**

Ambiente:

Avaliação geral do desempenho dos Parceiros na área do Ambiente é Satisfatório em 2012

Agricultura

A Avaliação é Positivo, na medida em que o MoU foi cumprido integralmente no ano 2012Areas para melhorias?

Regularidade dos encontros de concertação entre o Governo e os Parceiros,

- VI. Principais lições aprendidas para o desempenho dos PAPs.**
- VII. Diverso**

1. Introdução

A Avaliação Global do Desempenho do Governo no Objectivo de Promoção do Emprego para o ano de 2012 foi “misto”.

No conjunto de três indicadores do QAD 2012, apenas um foi cumprido designadamente Percentagem de MPME's Contratadas nos Concursos Públicos de Pequena Dimensão (indicador 9). Os outros dois indicadores, nomeadamente: Reduzir em 50% o Número de Procedimentos para Começar um Negócio (indicador 8) e Número de Sectores Abrangidos pelo Sistema de Certificação de Competências (indicador 10) não foram atingidos, mas registaram assinaláveis progressos.

2. Desempenho Sectorial relacionados com Indicadores do QAD

2.1 Indústria e Comércio

O desempenho do sector da Indústria e Comércio foi razoável na medida em que o indicador 8 - Reduzir em 50% o número de procedimentos para começar um negócio não foi atingido, porém, registam-se assinaláveis progressos. No período em análise, o Governo aprovou o Decreto no 5/2012, que permitiu que mais de 80 licenças de licenciamento normal passassem para o simplificado, reduzindo, assim, o número de requisitos e procedimentos de 9 para 3 para estas licenças. Destaca-se ainda, na área de melhoria de ambiente de negócios: (i) a introdução da Janela Única Electrónica (JUE) para o processo de importação e exportação, e (ii) as reformas administrativas junto do Conselho Municipal de Maputo atinentes a redução de tempo para obtenção de licenças de construção - estima-se uma poupança de mais de 100 dias.

Apesar das melhorias supracitadas, o país registou uma queda de 7 posições no ranking geral do Doing Business, passando da posição 140 para a posição 146 no universo de 185 países. No entanto, em finais de 2012, o Governo aprovou o Plano de Acção para Melhoria de Ambiente de Negócios (PAMAN) que responde especificamente com as acções inerentes ao Doing Business já em processo de implementação.

2.2 Finanças

O desempenho do sector das finanças foi positivo tendo em conta que o Indicador 9 percentagem de MPE's contratados nos Concursos Públicos de Pequena Dimensão foi cumprido.

No quadro deste indicador, as MPEs correspondem a 70% do total das empresas contratadas no regime do Concurso Limitado e 75% das empresas foram contratadas nos Concurso de Pequena Dimensão.

Entretanto, ao serem consideradas todas as modalidades de contratação pública, nomeadamente, Concurso Público, Concurso em Duas Etapas, Concurso com Prévia Qualificação, Concurso Limitado, Concurso de Pequena Dimensão e Ajuste Directo, constata-se que em 2012, 11% do universo das empresas contratadas correspondem a categoria das Micro e Pequenas empresas, no universo de todos concorrentes adjudicados.

2.3 Trabalho

O desempenho do sector do trabalho foi razoável uma vez que o indicador 10 – número de sectores abrangidos pelo sistema de certificação de competências não foi cumprido conforme o previsto, mas foi constatado progresso.

A materialização do indicador pressupõe a aprovação da Lei da Educação Profissional e a criação da Autoridade Nacional da Educação Profissional, actividades que estão em processo. A Lei está em processo de discussão ao nível do CIREP e constitui a base para a implementação do sistema.

Entretanto, no âmbito da implementação da reforma da educação profissional 15 instituições de educação profissional pública já estão a formar nos quatro sectores identificados nomeadamente, Administração e Gestão, Hotelaria e Turismo, Manutenção industrial e agro-processamento. Em 2012, a acção estendeu-se para o sector da geodesia e cartografia.

No Sector do Trabalho, foram criados 270.267 empregos, sendo 66% no sector privado e o remanescente no sector público. Foram ainda formados mais de 98 mil candidatos ao emprego nos diferentes centros públicos e privados.

3. Proposta de Indicadores a Rever

Propõe para este objectivo a revisão dos indicadores 9 , bem como a revisão da nota técnica do indicador 10.

Quanto ao Indicador 8 concordou-se com a proposta do Governo que o indicador seja: *“Número de postos de trabalho criados com abertura de empresas no âmbito do regime do Licenciamento Simplificado”* A Nota Técnica do indicador encontra-se em anexo.

4. Problemas Encontrados durante a Execução, em 2012 e proposta das soluções para melhorar o desempenho em 2013;

4.1 Problemas Encontrados

No concernente as MPME's o grande constrangimento continuo a ser a alocação de recursos financeiros para a expansão e apetrechamento dos centros de emprego e de formação profissional, formação de formadores e técnicos, capacitação e assistência empresarial, criação de incubadoras empresariais e expansão de Centros de Orientação ao Empresário.

A problemática de financiamento continuou, igualmente, a constituir um dos grandes constrangimentos para o desenvolvimento empresarial uma vez que mantiveram se as dificuldades das MPME's aceder aos financiamentos.

4.2 Proposta de soluções

Necessidade de maior apoio institucional (de recursos Internos e Externos) para os Ministérios coordenadores da promoção de emprego, tal como o MIC e o MITRAC, preferencialmente sob forma de Apoio Orçamental.

Os recursos serão aplicados para a promoção do emprego em particular para a financiar a criação de infra-estruturas de apoio as MPME's bem como a formação de formadores e técnicos, capacitação e assistência empresarial.

Propõe-se, igualmente, a criação de um **Fundo de Garantia crédito**, com a participação do IPEME, sector empresarial e a **banca** para permitir maior acesso das MPME's a financiamentos, contribuir para a criação de novas empresas bem como para o desenvolvimento empresarial.

5. “Assuntos de Atenção Especial “Acelerar o ritmo das reformas na área do ambiente de negócios através de acções com mais relevância e impacto na promoção de emprego a divulgação eficaz e abrangente de reformas, bem como procedimentos regulamentares em vigor”.

No que diz respeito ao assunto de atenção especial, foram realizadas acções com impacto e relevância na melhoria do ambiente de negócios, nomeadamente:

- A aprovação pelo Conselho de Ministros do Decreto 5/2012 que aprova o regulamento simplificado e sua implementação a nível nacional;
- Aprovação da Lei de Concorrência.
- Aprovação pela Assembleia da resolução que autoriza o governo a legislar sobre as insolvências das empresas no âmbito das falências;
- Realização no primeiro e segundo semestre do sexto e sétimo Conselho Alargado de Consulta (CAC) respectivamente entre o Governo e o Sector Privado, um espaço privilegiado no qual o Governo em parceria com o empresariado, passa em revista o nível de realização e execução das reformas económicas para melhorar e potenciar o ambiente de negócios em Moçambique;
- Avaliação da Estratégia Para a Melhoria do Ambiente de Negócios (EMAN, 2008 a 2012), tendo sido realizado em 84% das actividades planificadas;

- Fortalecimento do grupo **Interministerial Para a Remoção das Barreiras ao Investimento (GIRBI)**, com indicação de Directores Nacionais e/ou Assessores para representarem ministérios e instituições com tutela de reformas em curso.
- Foram elaborados os **Termos de Referência para a Observatório de Emprego para serem lançados em 2013**;

No entanto, o Relatório do Doing Business 2013 revela que Moçambique não implementou reformas captáveis para efeitos deste relatório nos últimos dois anos, resultando na sua queda consecutiva de 6 posições em dois anos, Desta feita, recomenda-se que a questão da aceleração de reformas continue a merecer uma atenção especial.

6. Lições aprendidas em 2012

- Necessidade de maior apoio institucional (de recursos Internos e Externos) para os Ministérios coordenadores da promoção de emprego, tal como o MIC e o MITRAC, preferencialmente sob forma de Apoio Orçamental.
- Necessidade de harmonização das actividades nos diferentes instrumentos de planificação;
- Maior articulação entre as instituições quer do Governo assim como as dos parceiros;
- Necessidade de multiplicar as iniciativas inovadoras tal como os incubadores.

ANEXO 1: NT do indicador 8

Indicadores da Matriz do QAD 2013 – Ficha Técnica

OBJECTIVO	Promoção de Emprego: Gerar novas oportunidades de emprego através do aumento da abrangência do regime do Licenciamento Simplificado com vista ao potencial aumento de postos de trabalho.
ÁREA	Melhoria do Ambiente de Negócios
Indicador 8	Número de postos de trabalho criados com abertura de empresas no âmbito do regime do Licenciamento Simplificado.

Objectivo do Indicador: O objectivo do indicador é acompanhar a evolução da melhoria do ambiente de negócios em Moçambique.

Indicador: Número de postos de trabalho potencialmente criados com abertura de empresas no âmbito do regime do Licenciamento Simplificado.

Resultado: Produto:

Definição do Indicador: Este indicador serve de base para análise e avaliação das medidas de reformas que vem sendo introduzidas e implementadas tendo em vista a melhoria do ambiente de negócios e desenvolvimento do sector privado.

Unidade de Medida: expresso em percentil

Nível de Desagregação: macro: provincial: distrital: urbano: género:
rural:

Meio de Verificação

Fonte de Verificação: Relatórios Consolidados dos BAU's.

Método de Colecta: A equipe técnica do Ministério da Indústria e Comércio através dos relatórios periódicos de cada BAÚ, fará a colecta e consolidação da informação relativamente ao número de postos de trabalho potenciais criados com a abertura de novas empresas ao abrigo do Decreto 5/2012 de 7 de Março sobre o Licenciamento Simplificado. Os dados compilados referem-se a informação disponibilizada pelo empresário no acto do preenchimento do formulário de solicitação de licença de actividade económica no âmbito do regime do Licenciamento Simplificado, posteriormente verificados pelo INAE.

Frequência de Colecta: trimestral

Instituição Responsável pela recolha: Equipa técnica do MIC (DASP)

Problemas de fiabilidade de dados (se fôr aplicável):

Ano Base (2012): Postos de trabalho potencialmente criados com abertura de 8.598 empresas ao abrigo do regime do Licenciamento Simplificado foram XXXX.

Meta 2013: aumento de 80% em relação à 2012.

Meta 2014: aumento de 70% em relação à 2013

1. Avaliação do desempenho das metas do QAD do ano 2012

A Avaliação Global do Desempenho do Governo no Objectivo de Desenvolvimento Humano e Social para o ano de 2011 foi “Misto”.

Foram analisados 9 indicadores de produtos, dos quais 5 foram cumpridos (Taxa de cobertura de partos institucionais; rácio de trabalhadores de saúde das áreas de medicina, enfermagem e SMI por 100.000 habitantes; % de Mulheres Gravidas Seropositivas que recebem medicamentos ARVs nos últimos 12 meses para reduzir a transmissão de mãe para filho; número de agregados familiares abrangidos por programas de acção social directa; número de fontes de água dispersas operacionais nas zonas rurais;), 2 não foram atingidas mas registaram progresso (taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe – Total; % de alunos da 3ª classe que atinge as competências básicas de leitura e cálculo do 1º ciclo do Ensino Primário¹), e 2 não atingiram as metas estabelecidas [Alunos por Professor no Ensino Primário do 1º Grau (1ª à 5ª classes) (ensino público, diurno) e número de novas ligações a sistemas convencionais de esgotos, fossas sépticas e latrinas melhoradas construídas em zonas urbanas e peri-urbanas];

Desempenho Sectorial, dos Indicadores do QAD

Educação

Em 2012 o desempenho do sector da Educação é considerado “Misto”.

Dos três indicadores, um dos quais desagregado por sexo, não estava definida meta para 2012 para o indicador “Percentagem de alunos da 3ª classe que atinge as competências básicas de leitura e cálculo do 1º ciclo do Ensino Primário”. Este indicador vem substituir O indicador “Adopção de um sistema de avaliação de competências básicas” alterado na Reunião de Planificação do QAD de Setembro de 2012, portanto, não tinha meta para 2012.

Contudo foram verificados progressos assinaláveis nomeadamente a introdução das avaliações trimestrais elaboradas a nível distrital e a introdução e testagem de um sistema de avaliação diagnóstica e formativa, em forma experimental, de competências básicas de leitura do 1º ciclo, na Província e Cidade de Maputo (Provinha “Já sei ler!”).

¹ É importante realçar que este indicador foi introduzido na RP 2012, portante não tem uma base de comparação para pudermos avaliar consoante os critérios usados na RA. Contudo o sector indicou pela sua análise haver progresso na área do indicador.

Foram ainda elaborados o manual e os instrumentos de padrões e indicadores da qualidade para a escola primária e foi iniciada a preparação da avaliação de larga escala na área de leitura (testagem realizada em Setembro de 2012) para ser implementada em 2013 (conforme a meta estabelecida).

Para o indicador “Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe (ensinos público, privado e comunitário)” a meta foi atingida para meninas mas não foi atingida, embora com progresso, para ambos os sexos. O não cumprimento deste indicador no que se refere ao total (meninas e rapazes), resultou principalmente da estagnação verificada em 2011. A meta previa um crescimento em 3 pontos percentuais (total) relativamente ao valor observado em 2011. Considerando o abrandamento do crescimento do número de alunos frequentando o Ensino Primário, em consequência da expansão verificada ao longo dos anos passados, este nível de crescimento anual foi optimista e pouco realista, considerando que a meta para as meninas apenas previa um crescimento em 2 pontos percentuais.

O crescimento da taxa de escolarização aos 6 anos em 2 pontos percentuais relativamente a 2011 é positivo e resulta do enfoque dado pelo sector à entrada na 1ª classe na idade certa (6 ou 7 anos). Neste contexto salienta-se que a taxa líquida de escolarização aos 7 anos é já de cerca de 100%.

A meta do indicador “Alunos por Professor no Ensino Primário do 1º Grau (1ª à 5ª classes) (ensino público, diurno)” não foi atingida mantendo-se ao nível do valor observado em 2011 .

A estagnação do “rácio alunos por professor no EP1” resultou, por um lado, do crescimento do número de alunos no ensino primário (em comparação com o ano anterior) e, por outro lado, da contenção observada, por razões orçamentais, na contratação de novos professores (7.300 em 2012 contra 8.500 em 2011²). A meta de contratação de novos professores para o EP1 foi atingida.

Em linha com a recomendação da Revisão Anual Conjunta de 2012 (RAC) o sector conseguiu avançar com a implementação do seu Plano Estratégico, cujas acções estão viradas para aumentar a retenção no sistema e melhorar a aprendizagem do aluno a todos os níveis, através de uma melhor gestão e boa governação do sistema.

Destacam-se como progressos a criação de um sistema cada vez mais equitativo em termos de género, particularmente no ensino secundário, bem como os avanços na área dos processos de monitoria e avaliação do desempenho do aluno no ensino

² Não incluindo os 1.200 professores para os níveis pós-primário contratados com financiamento do FASE em 2011.

primário. Realce ainda para o aumento significativo do número de alunos ingressando nos vários níveis de ensino na idade certa.

Permanecem contudo grandes desafios, particularmente na área da gestão do sistema a partir da escola, assegurando a presença dos professores e gestores nas escolas, a retenção do aluno até ao Ensino Secundário e o fortalecimento de um sistema que garanta uma boa governação dos recursos humanos, materiais e financeiros para uma maior eficiência e eficácia.

Quadro 1: Indicadores do QAD da Educação. Avaliação Geral

Indicador	Meta 2012	Realizado		Avaliação
		2012	2012	
1. Taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe (ensinos público, privado e comunitário) – Total	73%	72%		Meta não atingida, com progresso relativo a 2011 (70%)
Meninas	71%	71%		Meta atingida
2. Percentagem de alunos da 3ª classe que atinge as competências básicas de leitura e cálculo do 1º ciclo do Ensino Primário	Banco de itens elaborado, testagem dos instrumentos e itens	n.a.		Progresso na área do indicador
3. Alunos por Professor no Ensino Primário do 1º Grau (1ª à 5ª classes) (ensino público, diurno)	62	63		Meta não atingida, estagnação relativamente a 2011 (63)

Saúde

O desempenho do sector é considerado misto. O desempenho do sector saúde em 2012 foi marcado pelo início do processo de implementação do Plano Operacional de Acção da Logística Farmacêutica e finalização da elaboração do Plano Estratégico de Logística Farmacêutica como forma de fazer face a crise e situação de emergência enfrentada em 2011 na área de logística de medicamentos. Neste

ano continuou a ser implementado e a serem realizadas as monitorias bimensais ao Plano de Fortalecimento da Gestão das Finanças Públicas do Sector e foram realizadas monitorias bimensais a sua implementação; foi finalizada a Revisão do Sector de Saúde, uma avaliação do Plano Estratégico 2007/2012 e iniciado o processo de elaboração do novo Plano Estratégico do Sector da Saúde; realizou-se aprovação e lançamento da Política Nacional da Malária, do Plano Estratégico do PNCM 2012-2016 e do Plano de Monitoria e Avaliação. A nível programático foi realce a contínua melhoria dos esforços em actividades da área comunitária com destaque aos sucessos alcançados no Programa de Revitalização de Agentes Polivalentes Elementares (APEs) e na saúde da mulher e sobretudo a componente de Planeamento Familiar onde houve introdução de novos métodos modernos que tiveram maior acolhimento pelas utentes

O diálogo construtivo entre o Ministério da Saúde e os Parceiros do Sector da Saúde foi mantido, contribuindo para o esforço para melhorar as questões sistémicas que afectam o sector. Esta colaboração contribuiu de forma decisiva para que ao longo do ano fossem assegurados recursos financeiros para implementar o PES 2012. Na área de Prestação de Serviços, observou-se um progresso encorajador em algumas áreas, mas resultados limitados foram obtidos noutras. O Sector de Saúde atingiu as metas anuais para os três indicadores.

Taxa de Cobertura de Partos Institucionais

A taxa de cobertura de partos institucionais atingiu e ultrapassou a meta tendo se situado em 64% o que é consentâneo com os dados preliminares do Inquérito Demográfico de Saúde de 2011 mostraram que a taxa de cobertura tendem a aumentar ao longo do tempo (de 47% em 2003 passou para 54% em 2011).

Rácio de Trabalhadores de Saúde na área de medicina, enfermagem e SMI por 100,000 habitantes:

O indicador relativo ao Rácio de trabalhadores de saúde das áreas de medicina, enfermagem e SMI por 100.000 habitantes ultrapassou a meta prevista para 2012 (67/100.000) situando-se em 68% e estando próximo da meta do quinquénio (69/100.000 hab). Ainda neste âmbito foram formados 180 docentes, iniciados 91 cursos com 2199 alunos e encerrados 97 cursos com 2387 dos quais 1517 são médios e 304 médio promoção e 566 básicos, graduados 39 médicos especialistas, colocados 2459 novos Técnicos e 31 docentes nas instituições de formação. No entanto, apesar deste progresso, a área de Recursos Humanos no geral enfrenta constrangimentos vários, nomeadamente: o sector ainda não consegue absorver o grosso do pessoal graduado; dispõe de muito pessoal fora do quadro devido a demora na sua integração

dentro do quadro; regista dificuldades com a planificação das colocações, promoções e progressão dos funcionários e há dificuldades de expandir a formação como desejado devido a falta de infra-estruturas

% de Mulheres Gravidas Seropositivas que recebem medicamentos ARVs nos últimos 12 meses para reduzir a transmissão de mãe para filho:

Este indicador manteve ao longo de 2012 a tendência crescente tendo sido ultrapassada a meta de 88.658 situando-se em 117 831 (115.4%)mulheres que se beneficiam de medicamentos ARV's para prevenção da transmissão do HIV de mãe para filho. No entanto devido a reorganização em curso no programa estes valores devem ser analisados com cautela uma vez que se considera que não representam com precisão a situação actual.

Contribuíram para a melhoria de prestação do PTV resultante a expansão destes serviços nas unidades sanitárias do país, que actualmente conta com 1223(70%) unidades sanitárias oferecem serviços de Prevenção da Transmissão Vertical. Durante o ano de 2012 foram testadas 897478 (75.6%) mulheres do universo de 1.187.220 que atenderam à primeira consulta pré natal e destas 144393 tiveram o resultado para o teste de HIV positivo. Para além da expansão dos serviços do PTV contribuíram para a evolução crescente deste indicador a capacitação de 1030 técnicos de saúde no seguimento da mulher grávida infectada por HIV.

Quadro 2: Indicadores do QAD da Saúde. Avaliação Geral

Indicador	Meta 2012	Realizado Avaliação	
		2012	2012
4. Taxa de cobertura de Partos Institucionais	63%	64%	Meta atingida
5. Rácio de Trbalhadores de Saúde na área de medicina, enfermagem e SMI por 100,000 habitantes	66	68	Meta Atingida
6. % de Mulheres Gravidas Seropositivas que recebem medicamentos ARVs nos últimos 12 meses para reduzir a trnsmissão de mãe para filho	75.2% (88.658)	115.42% (117.831)	Meta Atingida

Acção Social

Em termos gerais o desempenho do Sector da Acção Social em 2012 foi satisfatório.

As metas definidas no QAD para o Sector foram atingidas;

Numero de agregados familiares abrangidos por programa de acção social directos:

Com um total de 310,305 Agregados Familiares beneficiando de Programas de Acção Social Directa (contra uma meta de 279,969), representando um aumento de 2.72% em relação a 2011.

O destaque maior foi para o Programa Subsídio Social Básico que em 2012 beneficiou 274,025 agregados familiares (representando uma realização de 103.40%). Contudo, estas metas continuam a ser baixas quando comparadas com as metas definidas na Estratégia Nacional de Segurança Social Básica, dado que são definidas na base dos tectos orçamentais disponibilizados ao Sector.

Em 2012, constituíram accões de destaque i) o início da implementação do novo pacote de Programas de Segurança Social Básica, aprovados em 2011, no âmbito da operacionalização da Estratégia Nacional de Segurança Social Básica 2010-2014; ii) a aprovação do incremento do valor das transferências monetárias para as populações mais pobres e vulneráveis sem capacidade para o trabalho no âmbito do programa subsidio social básico, passando de 130,00Mt para 250,00Mt no escalão mínimo e de 380,00Mt para 500,00 no escalão máximo, garantindo a cobertura de 1/3 da linha de pobreza, situada em 750,00Mt per capita mensal; iii) a submissão ao Conselho de Ministros para aprovação da proposta da Lei de Promoção e Protecção dos Direitos da pessoa Idosa; iv) o início da reforma do Sistema de Informação que contempla a revisão dos processos de selecção e registo de beneficiários, o sistema de pagamentos e de gestão de casos, a monitoria e avaliação da implementação dos programas de segurança social básica; v) o início do processo da definição do mecanismo de financiamento comum dos programas do sector; vi) intensificadas as accões de advocacia sobre a protecção social básica, destacando a realização da semana de protecção social.

Destaque ainda para a aprovação em Conselho de Ministros dos planos nacionais para as áreas de Criança e da Deficiência, bem como do programa de Acção Social produtiva com a componente de Trabalhos Públicos com uso de Mão-de-Obra Intensiva e o início da sua implementação em 2012, a título piloto nos Municípios de Maputo e Mandlakaze e nos distritos áridos e semiáridos das províncias de Gaza (Chicualacuala, Chigubo, Chibuto) Inhambane (Govuro, Mabote e Inhassoro), Sofala

(Machanga, Muanza) e Manica (Guro, Machaze), tendo beneficiado 9.592 agregados familiares.

Indicador	Meta 2012	Realizado	Avaliação
		2012	2012
7. Numero de agregados familiares abrangidos por programa de acção social directos	279.969	310,305	Meta atingida

Água e Saneamento

O desempenho para o sector de água e saneamento para 2012 é considerado Misto.

Constatou-se que o indicador sobre o abastecimento de água teve um desempenho excelente contrariamente ao de saneamento que teve desempenho insuficiente:

(a) existiram 19.306 fontes operacionais em todo país, contra as 18.4573 planificadas (representando 105% do planificado);

(b) foram construídos 19.060 novas infra-estruturas de saneamento, contra as 56.600 planificadas (cerca de 34% do plano).

Importa salientar que as metas do indicador “Número de fontes de água dispersas operacionais nas zonas rurais” para 2012 - 2014, foram ajustadas durante a Reunião de Planificação do QAD em Setembro de 2012 face as constatações do Estudo de Base sobre a Situação do Abastecimento de Água e Saneamento Rural realizado no âmbito da implementação do PRONASAR o qual indica que existiam em 2011, 16.928 fontes operacionais no país.

³ Meta revista em 2012 (reunião de Planificação)

Indicador	Meta 2012	Realizado 2012	Avaliação 2012
8. Numero de fontes de água dispersas operacionais nas zonas rurais	18.457	19.306	Meta atingida
9. Numero de novas ligações e sistemas convencionais de esgostos, fossas sépticas e latrinas melhoradas construídas em zonas urbanas e peri-urbanas	56.600	19.060	Meta não Atingida

O sector registou também progressos, em 2012, na melhoria do sistema de monitoria:

- Foi aperfeiçoada a metodologia para a estimativa das taxas de cobertura na área de águas adequando-a com os instrumentos de monitoria nacionais e internacionais assim como a metodologia de planificação.

Identificação de Indicadores e Metas a rever durante a Reunião de Planificação (em Setembro de 2013)

Educação:

Saúde: % e número de Mulheres Grávidas Seropositivas que recebem medicamentos ARVs nos últimos 12 meses para reduzir a transmissão de mãe para filho

Acção Social:

Água e Saneamento:

Progressos Relativos a Assuntos de Atenção Especial

Foi identificado como assunto de atenção especial do Governo no contexto da RAC de 2012 "Acelerar a implementação do Plano Estratégico do sector de Educação com particular realce para a melhoria da qualidade de ensino, de modo a responder ao principal desafio da aprendizagem dos alunos a todos os níveis, no que diz respeito às competências básicas de leitura, escrita e aritmética no ensino primário".

O PEE foi formalmente aprovado pelo Conselho de Ministros (12 de Junho de 2012) e endossado pelos parceiros a 17 Setembro de 2012. No centro deste plano está a aprendizagem do aluno do ensino primário em termos de obter as competências

críticas na área de leitura, escrita e aritmética. Como já referido acima, houve progressos significativos na implementação do PEE nesta perspectiva.

Apesar de que os resultados apenas serão visíveis (através dos indicadores) a médio prazo, este assunto foi devidamente atendido pelo Governo.

Estudos Planificados para 2012 (Ponto de Situação)

“Índice Demográfico de Saúde”: o relatório final estará disponível dentro do I semestre de 2013. Com este relatório final fica anulado relatório preliminar lançado em 2012.

“Pesquisa e Localização de despesas Públicas no sector da Saúde”: sem informação

“Estudo de Base de Programa Nacional de Água e Saneamento Rural (PRONASAR) sobre o uso da água e saneamento seguros e acesso ao nível da povoação”: O Estudo de Base realizado no âmbito do PRONASAR iniciado em 2011 e concluído em 2012, indica que a taxa de uso dos serviços de Água Rural é de 45%, enquanto a de Saneamento Rural é de 12%. Em relação a componente urbana os dados mais actualizados são os do relatório do Joint Monitoring Program (2012) que apresenta valores de 38% para o saneamento e 77% para o abastecimento de água.

“Mapeamento das Vulnerabilidades Sócias”: Sobre o mapeamento de vulnerabilidade: Iniciado o mapeamento do sistema de protecção da criança envolvendo instituições do Governo e da Sociedade Civil nas Províncias de Niassa, Zambézia, Tete, Gaza e Cidade de Maputo. Está também prevista a realização de um estudo sobre as percepções sobre Justiça Social (no quadro da Protecção Social), e uma análise da protecção social em termos da sua sensibilidade em termos de género, nutrição e HIV/SIDA.

Problemas Encontrados Durante a Execução de 2012

Educação: Embora os dados constantes nos diferentes mapas do REO, bem como ao nível do sector, nem sempre seguem a mesma classificação e, portanto, não são directamente comparáveis, os mesmos mostram que a execução financeira melhorou em termos de percentagem e volume da despesa como se pode verificar no Quadro 2.

A melhoria na taxa de execução do orçamento em 2012 resultou da melhoria na execução da fonte externa (reportada no REO), principalmente dos fundos do FASE, que passou de 69% para 80% (Quadro 9 do REO 2012).

O aumento da despesa foi, em grande parte, motivado pelo aumento da despesa de funcionamento, fonte interna, em aproximadamente 13% (veja o relatório do Programa Sectorial de Desenvolvimento Administrativo e Institucional para mais detalhes).

Quadro 2: Execução orçamental, sector da educação, REO 2012 (em milhões de Meticais)

Referência REO	2011			2012			Δ2012/2011
	Orçamen to	Despesa	% Exec.	Orçamen to	Despesa	% Exec.	
Quadro 14	18.243	14.738	81%	17.060	14.987	88%	2%
Quadro 15	26.866	23.895	89%	28.213	26.314	93%	10%

Fonte: REO 2012, quadros 14 e 15.

Saude: Problemas relacionados com a qualidade de dados continuam a afectar a monitoria adequada do progresso em algumas áreas de prestação de serviços.

Constrangimentos nas áreas de Gestão de Finanças Públicas, Procura e Recursos Humanos continuaram a contribuir para a falta de avanços significativos em algumas áreas de prestação de serviços.

A dificuldade em avançar nos temas de gestão das finanças publicas se reflectiu na capacidade dos parceiros em realizarem compromissos e manterem o cronograma de desembolso. Como resultado do compromisso dos parceiros com o sector e de um esforço conjunto com o MISAU conseguiu-se que aproximadamente 78% (84 milhões de USD) do montante previsto (107.2 milhões de USD) para 2012 fosse desembolsado.

Considerando as efectivas necessidades de financiamento do Sector, esta situação associada as fraquezas do sector na gestão financeira e práticas de procurement, criou dificuldades significativas à operação financeira do MISAU, como o comprometimento da Semana Nacional de Saúde da Criança, campanha de pulverização Intradomiciliária e distribuição de redes mosquiteiras, assim com a aquisição de micro nutrientes para mulher grávida e adolescentes.

Acção Social: Para o ano de 2012, o sector recebeu uma dotação orçamental de 2.172.490.000,00Mt, sendo 1.166.813.000,00Mt para o funcionamento e investimento com a execução de 96.69% e 1.005.677.000,00Mt para os programas de segurança social básica com uma execução de xxx%.

Água e Saneamento:

- A proporção entre reabilitações e construção de novas fontes de água situou-se entre 2007 e 2012 nos 42%, com um mínimo de 28% em 2011, sugerindo que o nível de sustentabilidade não está necessariamente a melhorar.
- A construção e reabilitação de Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água foram prejudicadas pelos atrasos nos processos de procurement, na disponibilização de fundos, falta de empreiteiros para reabilitação dos PSAA e fraca capacidade de gestão dos contratos.
- Atrasos verificados na conclusão das obras financiadas pelo MCA nas componentes de Abastecimento de Água e Saneamento Urbano e Obras Hidráulicas.
- A recolha de dados sobre saneamento, particularmente urbano e escolar ainda é deficitária.
- Continuou a haver dificuldade na colecta de informação sobre fundos Off-CUT geridos pelos parceiros do sector.
- Continuou a haver dificuldades no recrutamento e retenção de técnicos a todos os níveis, com mais destaque para o nível distrital. Implementação das modalidades de gestão dos pequenos sistemas de abastecimento de água.
- Deficiente envolvimento do sector privado.
- Os fundos externos, tem contribuído significativamente para as actividades da Área de Águas. Cerca de 88% dos fundos inscritos no Orçamento do Estado On Budget, são proveniente de financiamento externo e 12% são alocados a partir do financiamento interno. Do ponto de vista de execução os fundos internos tem uma execução de 93% e os fundos externos 83%. Salientar que esta execução pode não reflectir a realidade, pois ainda persistem dificuldades na captação da informação de orçamento e execução dos fundos externos on Budget off CUT de alguns parceiros. Comparativamente ao exercício 2011, o peso do financiamento interno era de 8%, enquanto o do financiamento externo era de 92%. Nota-se que há um esforço do Governo em reduzir a dependência do financiamento externo aumentando a componente interna do orçamento da Área de Águas, dado que este sector faz parte dos sectores prioritários do governo. Todavia, este aumento da componente interna não foi, em 2012, proporcional a redução da componente externa. Segundo o REO a contribuição do Governo para o investimento no Sector de Águas correspondeu em 2012 a 4.9% dos fundos internos totais orçamentados para investimento (4.7 % em 2011, 2,9% em 2010). O aumento nominal do volume de investimentos está relacionado com os fundos externos mas o investimento interno tende a aumentar também. Apesar disso em 2013 foram alocados ao Sector de Águas 2,2% do OE (fundos internos e

externos). De acordo com as recomendações da AMCOW, pelo menos 5% do OE deve ser dedicado a área de água e saneamento.

Proposta das soluções para melhorar o desempenho em 2013

Educação:

Saúde: Com a finalização do novo plano estratégico do sector deve-se iniciar com a reflexão da agenda de reformas a ocorrerem no sector, realizar formações em matéria de boas práticas de gestão financeira nos locais de trabalho, implementar a nova Estrutura Orgânica da DAF, capacitar os técnicos a todos níveis em matéria do e-SISTAFE no âmbito do processo de descentralização e desconcentração; continuar com a capacitação em matéria de Contabilidade e Prestação de Contas, implementar a nível crescente as recomendações das diferentes auditorias.

O sector deve intensificar a supervisão regular para o nível de colecta de dados como forma de maximizar o processo de qualificação da informação, padronização de procedimentos e minimização das dúvidas, a finalização da estratégia de retenção de recursos humanos e o desenvolvimento de um plano de absorção destes recursos concorreria para um melhor desempenho.

Acção Social:

Água e Saneamento:

Água e saneamento urbano

- Institucionalizar os mecanismos de coordenação com os Municípios e a Direcção Nacional de Habitação e Urbanismo para a recolha de dados sobre o saneamento urbano e peri-urbano (fossas sépticas, latrinas) nas zonas de expansão.
- Melhorar a planificação e definição das metas referentes a construção dos fontanários tendo em consideração a demanda actual das famílias pelas ligações domiciliárias ao invés dos fontanários.
- Publicar e disseminar a estratégia de água e saneamento urbano.

Água e saneamento rural

- Maior advocacia, sobre o saneamento, a nível das prioridades e agenda política do país.

- Clara liderança institucional nas actividades do saneamento assegurando-se também o envolvimento activo do sector privado e mobilização de financiamentos.
- Intensificar as acções conducentes a sustentabilidade & operacionalidade das fontes de água dispersas (o reforço manutenção preventiva das bombas de água; operacionalizar as Equipas Técnicas Provinciais de Planificação; maior supervisão pelos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas e das DPOPH enquanto donas da obra).
- Expandir e acelerar o estabelecimento da base de dados nos níveis descentralizados e melhorar a gestão desta base de dados.
- Maior envolvimento dos Chefes de Posto Administrativo na planificação e monitoria das actividades de água e saneamento rural.
- Fazer advocacia para que o orçamento distrital para investimento em infra-estruturas seja (parcialmente) aplicado na manutenção do nível de cobertura da água e saneamento rural (que é da responsabilidade dos Distritos).

Recursos hídricos

- A necessidade de se estabelecer uma rede estratégica hidroclimatológica de modo apoiar o processo de planificação na gestão dos recursos hídricos.
- Mobilização de recursos para a implementação de acções sustentáveis de gestão dos recursos hídricos dada a grande vulnerabilidade do país a inundações e secas e ocorrência cíclicas destes fenómenos.

Orçamentação e Execução financeira

- Dotar a DNA do seu classificar orgânico.
- Cada parceiro de cooperação deve fornecer informação sobre os seus desembolsos Off-CUT ao Ministério das Finanças e à DNA.
- Continuar com o exercício de desenvolver preços unitários tipificados em todas as categorias de despesa, para facilitar a análise da relação entre execução financeira e balanço do PES. Melhorar o processo de descentralização dos fundos.

Avaliar o desempenho na sua área em relação aos assuntos transversais relevantes

Educação:

O sector continua a fazer progressos em termos de equidade de género no acesso e retenção no ensino geral, particularmente em termos de novos ingressos nas escolas primárias e secundárias. Contudo, continuam a existir grandes diferenças entre as províncias, principalmente a partir do EP2. Nestes níveis, na zona sul, a paridade de género está acima de 1 (há mais meninas nas escolas que meninos), enquanto na zona centro a paridade está abaixo de 0,85. A não realização da meta de contratação de professoras que coincide com a redução do número de alunas que ingressam nos IFPs é preocupante e coloca a necessidade de reflectir melhor sobre as causas e de como corrigir esta situação.

Integração de assuntos transversais

O Plano Estratégico promove uma abordagem de integração. Nesta perspectiva, em 2012, é de destacar a integração dos assuntos de HIV e SIDA e saúde sexual e reprodutiva no currículo de novo modelo de formação de professores, bem como a implementação do Programa de Assistência Social que está tendo sucesso na reintegração e retenção dos docentes no local do trabalho.

Para avançar ainda mais, o Ministério, em parceria com UP-CEEP, está a desenvolver um instrumento que irá orientar a abordagem dos temas transversais no sector ao nível de gestão e implementação.

Retenção e motivação dos recursos humanos

Os recursos humanos do sector da educação são o seu melhor e maior recurso. A sua retenção no sistema é crucial para atingir os grandes objectivos do sector e depende muito das condições do seu recrutamento e contratação, bem como da sua capacitação e motivação que ultrapassam o sector da educação. Seria importante continuar, ao nível do sector público, as reformas viradas para melhorar a qualidade e quantidade dos seus quadros.

Boa governação

No contexto da implementação do plano de combate à corrupção, o sector prosseguiu a implementação da reforma dos exames e da distribuição do livro escolar gratuito assim como na divulgação do processo de matrículas através de uma maior divulgação de informação. Na área de gestão dos recursos humanos e financeiros foram

realizadas sessões de capacitação. A Inspeção, nas suas missões inspectivas de natureza administrativa, deu especial atenção às áreas de maior risco tais como o programa ADE e o programa de construção acelerada de salas de aula. Foi ainda descoberto um caso da fraude ao nível central, em Novembro de 2012, que foi reportado às entidades competentes e que está actualmente em investigação.

Saúde: Dentre varias actividades desenvolvidas pelo sector para o combate ao HIV, destacam-se a realização de 26 feiras de saúde com objectivo final de aumentar o número de pessoas aconselhadas e testadas, realização pelos praticantes de medicina tradicional de 136 palestras onde foram alcançadas por mensagens de prevenção 17.749 pessoas, sendo 14.720 do sexo feminino e 3.025 do sexo masculino, distribuição de 93.384 mil preservativos sendo que 75.700 masculinos e 17.684 femininos e material de IEC referente a 252 brochuras com mensagens de prevenção sobre o HIV/SIDA; foram realizadas pelos praticantes de medicina tradicional 107 Visitas aos doentes em TARV. Foram realizados 4 Inquéritos de Prevalência de HIV e Sífilis e Riscos Comportamentais em Populações de Alto Risco (Trabalhadoras de Sexo, homens que fazem sexo com homens, camionistas de longo curso e mineiros); Foi finalizado a testagem das amostras da Ronda de Vigilância Epidemiológica para o HIV e sífilis em mulheres grávidas, desenvolvido o protocolo para realização da genotipagem de estirpes de Tuberculose em indivíduos HIV positivos assim como a planificação da Ronda de Vigilância Epidemiológica de HIV 2013

Neste contexto beneficiaram de TARV 25.597 crianças, e 297.801 adultos sendo 190 686 mulheres e foram aconselhados e testados 57% de adolescentes que afluíram às unidades de aconselhamento e testagem em saúde.

Com vista a melhoria do seguimento dos pacientes foram capacitados 30 técnicos de saúde em ATS, 29 técnicos de saúde em TB/HIV, TARV, ITS, ATS, capacitados 340 profissionais de saúde na Nova Abordagem Sindrómica de Infecções de Transmissão Sexual (ITS), formados 65 formadores dos novos instrumentos TARV e a sua réplica em todas províncias, formados 300 Técnicos de medicina nas Novas Normas do Tratamento Anti-Retroviral (TARV) Pediátrico, e realizadas supervisões integradas aos serviços que fornecem ITS, ATS, TB/HIV, e TARV nas Unidades Sanitárias, realizada a V Ronda de CLINIQUAL com o objectivo de avaliar a qualidade da prestação de serviços clínicos com enfoque ao paciente com HIV/SIDA.

Com o objectivo de aumentar a retenção dos pacientes em cuidados e tratamento reduzindo deste modo os abandonos, foi realizada a avaliação e expansão do piloto da Estratégia Grupo de Apoio à Adesão Comunitária (GAAC) ao TARV em 44 US's, , Introduzidas novas fichas de M&A do TARV em todas US's que implementam o TARV,

Género - Foram capacitados 649 (259.6%) técnicos de saúde no atendimento padronizado às vítimas do género, produzidas 5000 cópias sobre Género e Violência de Género do manual editado; foram capacitados 24 (80%) técnicos do Programa Nacional das ITS/HIV/SIDA; produzidas e distribuídas cópias do manual didáctico sobre ITS/HIV/SIDA à DNAM, Institutos e Centros de Formação; disseminadas duas estratégias a vários níveis.

Acção Social:

Água e Saneamento:

2. Providenciar subsídios para avaliação dos PAPs

Educação: O desempenho dos parceiros é avaliado como “Misto”. Continuou o bom relacionamento que se destacou no envolvimento e endossamento do Plano Estratégico da Educação pelos parceiros, no diálogo técnico e estratégico através dos grupos do trabalho, assim como na assinatura dos novos Termos de Referência do Diálogo e do novo Memorando de Entendimento do FASE por 10 parceiros. Ao mesmo tempo, apenas 73% do valor comprometido para o FASE foi desembolsado e o número de encontros, estudos e projectos bilaterais aumentou significativamente aumentando os custos de transacção do lado do MINED. Um parceiro retirou-se do sector de forma imprevista.

Contribuiu para as realizações do sector em 2012, em primeiro lugar, a aprovação e endossamento do Plano Estratégico da Educação que mostra o compromisso político para com o desenvolvimento do sector. O PEE apresenta um quadro lógico amplamente consensualizado para a programação e acompanhamento da implementação das actividades do sector aos vários níveis. Os desenvolvimentos verificados na área de planificação operacional, plurianual e integrada, facilitaram a preparação de planos e orçamentos mais realistas e com maior coordenação.

Contudo, a (falta de) capacidade humana é um dos grandes constrangimentos para um melhor desempenho. Entre outros, a não-contratação de novos quadros não-docentes tem um impacto negativo na boa gestão do sistema, principalmente ao nível dos distritos. Continuam a verificar-se atrasos nos processos de aquisições. É esperado que o reforço da UGEA, que se materializou ao longo de 2012, terá um impacto positivo em 2013.

Acção Social: O desempenho dos parceiros foi positivo, na medida em que contribuiu na capacitação institucional e melhoria do atendimento dos grupos alvo. Todavia, nota-se ser impreterível continuar a envidar-se esforços conjuntos para melhorar a coordenação entre as partes e o alinhamento dos processos planificação e orçamentação das accões, bem como assegurar maior previsibilidade dos fundos.

Desafios:

- Operacionalizar os novos procedimentos, processos e instrumentos programáticos, incluindo o Sistema de Gestão de Informação dos Programas de Segurança Social Básica implementados pelo INAS, cuja concepção foi iniciada em 2012;
- Manter a tendência positiva no que diz respeito às alocações de orçamento ao Sector, permitindo a expansão da cobertura e o ajuste anual do valor das transferências garantido a manutenção do poder de compra dos beneficiários. Em 2012 foi aprovado um incremento do orçamento em 79,95%, que permitiu o aumento dos valores das transferências por escalão no programa subsídio social básico; permitiu ainda a alocação, pela primeira vez, de orçamento para o programa acção social produtiva a vigorar a partir de 2013 e o reforço do programa Apoio Social Directo;
- Continuar a garantir uma maior coordenação das actividades do Sector através da realização de reuniões regulares do CCSSSB;
- Aprovar um mecanismo de financiamento comum para os diferentes parceiros, cuja assistência técnica foi contratada em 2012.

Recomendações

- Fortalecer a capacidade do sector na implementação do seu plano estratégico;
- Reforçar a gestão e o controlo interno ao nível do sistema a partir da escola e do distrito incluindo a criação da inspecção distrital;
- Assegurar a realização da avaliação de competências básicas nacionalmente representativa em 2013;
- Elaborar uma estratégia sustentável para a expansão do ensino bilíngue na base da avaliação em curso;
- Investigar as razões da diminuição do número de alunos a frequentar o EP2 e assegurar uma atenção especial no contexto do plano de 2014;
- Criar oportunidades educativas diversificadas para os jovens fora da escola;
- Dar mais enfoque ao envolvimento e coordenação com o sector privado na provisão e financiamento do ensino pós-primário, particularmente do ETP;
- Acelerar a revisão/conclusão e implementação das reformas curriculares nos diferentes níveis de ensino com vista a melhorar a qualidade e relevância do ensino, assegurando a sustentabilidade da sua implementação.

- Contratação de pessoal não-docente para as áreas de gestão financeira, gestão de recursos humanos e de aquisições, particularmente para o nível distrital.

Saúde:

Acção Social:

Água e Saneamento:

- Delinear até à próxima RAC acções concretas para assegurar que cada parceiro de cooperação passe a fornecer informação regular sobre desembolsos off-CUT ao Ministério das Finanças e à DNA.
- Incluir um indicador para monitorar o desembolso atempado das contribuições dos parceiros, dado o seu impacto na execução dos planos.
- Foi abordada a necessidade da contínua melhoria da informação, comunicação e coordenação na Área de Águas

Proposta de tema para trabalho conjunto entre os diferentes sectores

Desenvolvimento de um estudo que permita realizar uma análise das implicações financeiras a nível nacional de possíveis iniciativas na área da Acção Social Escolar e da Acção Social Saúde, como por exemplo, o custo de transferências para mulheres com parto em unidades institucionais, ou transferências para raparigas participando no ensino secundário. Deverá ser utilizado o modelo utilizado para os Programas de Acção Social Directa.

Sumário Executivo

No Pilar de Governação do total de 6 (seis) indicadores, 2 atingiram as metas (1 Descentralização, 1 Justiça), 2 não atingiram mas em progresso (1 Justiça, 1 Descentralização), 2 não atingiram as metas (1 Melhoria da prestação de ServiçoP e 1 Justiça).

Relativamente ao indicador 21, na área da Melhoria da prestação de ServiçoP (RSP), em termos de progressos, o Governo realizou esforços, tendentes a assegurar que o cidadão participe no processo de monitoria e avaliação da qualidade de serviços prestados pela Administração Pública, através da divulgação e implementação da Lei de Procedimento Administrativo (LAP), Ratificação e divulgação da Carta Africana sobre Valores e Princípios na Administração Pública, aprovação de Carta de Serviços, e análise, aprovação e divulgação do Relatório sobre Petições referente ao I Semestre de 2012. Contudo, tais esforços devem ser melhorados, pois neste processo tiveram um alcance limitado devido a constrangimentos financeiros.

Relativamente ao desempenho do Governo em 2012 nos indicadores do QAD na área de Descentralização e Governação Local considera-se satisfatório, pois registaram-se progressos em relação ao ano de 2011, nomeadamente foi aprovada a Política e Estratégia de Descentralização (PED), houve maior número de contratações de quadros ao nível dos OLEs relativamente ao ano 2011, , feita a concessão e instalação do Software do SMoDD, estando pronto para ser testado. Ao nível das autarquias há cada vez maior consciência dos esforços que devem ser empreendidos para melhorar as finanças locais. Dos dois indicadores do QAD desta área, 22 e 23 um atingiu a meta e outro não.

Na área da Justiça, área da Justiça com base nos resultados alcançados, pode-se concluir que o Sector teve um desempenho Misto, na óptica do Governo e insatisfatório, na óptica dos Parceiros.

Indicadores

Em termos de progressos na área da Melhoria da prestação de ServiçoP (RSP), da apreciação do indicador 21, pode-se concluir que o Sector teve um desempenho não satisfatório. Entretanto, o Governo e os Parceiros de Cooperação concordaram que em 2012 registaram-se alguns avanços criação de condições para que o cidadão participe no processo de monitoria e avaliação da qualidade de serviços prestados pela Administração Pública.

Em 2012 nos indicadores do QAD na área de Descentralização e Governação Local considera-se satisfatório o desempenho. Apesar de um dos dois indicadores do QAD desta área, não ter atingido a meta registaram-se progressos na implementação do PNPFD em relação ao ano de 2011 e foi aprovada a política e estratégia de descentralização (PED).

Na área da Justiça, registou-se um desempenho misto, na óptica do Governo e insatisfatório, na óptica dos Parceiros, tendo em conta que o grau de execução dos três indicadores, dá conta que, 1 foi atingido, designadamente, o 24 sobre os casos de corrupção, não tendo sido atingidos o 25 do número de casos julgados e 26 sobre a implementação efectiva do pacote legislativo anti-corrupção apesar de, este registar progressos.

Desempenho

O Governo considera que o desempenho do Pilar de Governação foi Satisfatório, pois foram desenvolvidas importantes acções no âmbito da Boa Governação, nomeadamente aprovação da ERDAP, da Política e Estratégia de Descentralização e da Lei da Probidade, instrumentos Estratégicos para o desenvolvimento da administração pública.

Os Parceiros consideram o desempenho do pilar da Governação não satisfatório porque boa parte das metas não foi atingida e houve progressos limitados em áreas estratégicas como o combate a corrupção, a monitoria participativa dos serviços públicos, o desempenho dos tribunais. Os documentos de planificação e de monitoria do Governo concentram-se muito em actividades sem a devida atenção aos resultados.

No que se refere ao desempenho da área da prestação de serviços públicos, o Governo está, igualmente, a implementar a Estratégia de Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública (ERDAP) 2012-2025, um instrumento que orienta, coordena e integra acções de reforma na Administração Pública. A ERDAP 2012-2025 consubstancia-se em cinco componentes base : (i) profissionalização dos funcionários e agentes do Estado; (ii) descentralização e desconcentração; (iii) melhoria da prestação de serviços; (iv) consolidação e coordenação das estruturas da Administração Pública e; (v) reforço da integridade na Administração Pública, duas componentes transversais (vi) Modernização tecnológica e (vii) Monitoria, comunicação e avaliação.

Em relação a participação dos cidadãos na monitoria dos serviços prestados pelo Estado, o grau de satisfação dos utentes público é avaliada, também, através dos Terminais Electrónicos de Avaliação da Satisfação dos Utentes instalados nos 11 Balcões de Atendimento único (BAUs). A avaliação da satisfação é feita através de um inquérito que os utentes respondem electronicamente no aparelho instalado no BAU. A

informação recolhida em cada BAU é compilada e enviada à Comissão Interministerial da Reforma do Sector Público (CIRESP) para análise e decisão, mas ainda não está disponível. A participação dos cidadãos na monitoria dos serviços prestados pela Administração Pública tem sido crescente e influencia, em grande medida, na melhoria da qualidade destes serviços.

Neste contexto, o Governo aprovou, em Setembro de 2012, o Relatório referente as Petições que deram entrada na Administração Pública no I Semestre de 2012, que mostra que foram tramitadas cerca de 101.334 petições, comparativamente a 78.168 em, igual período do ano anterior, sendo o acumulado, desde 2007, de 549.106. É possível constatar que há uma crescente tomada de consciência do cidadão sobre os serviços prestados pela Administração Pública, visto ser crescente o número de Petições recebidas (Recursos humanos, Ingresso, concursos públicos, funcionamentos dos serviços da administração publica) e, conseqüentemente, o grau de resposta face as preocupações apresentadas. A análise feita mostra que tendo sido tratadas e concluídas 99.110 (94%) das petições que deram entrada no I Semestre de 2012 foram tratadas, e que grande parte esteve relacionada com requerimentos, queixas e denúncias.

A Lei de Procedimento Administrativo, Lei no 14/2011, de 10 de Agosto constitui, também um instrumento que permite ao cidadão participar na monitoria dos serviços prestados pela Administração Pública, na medida em que a mesma “tem por objecto regular a formação da vontade da Administração Pública e estabelecer normas de defesa dos direitos e interesses dos particulares.” Por outro lado, esta lei estabelece, entre outros, os princípios da participação dos administrados e da colaboração da Administração com os administrados. Neste contexto, em 2012 e complementarmente a sua implementação procedeu-se a divulgação desta lei, inserção na página do MFP.

No que se refere ao desempenho da área da Descentralização, ao longo do ano 2012 registaram-se avanços na implementação de programas desta área, sendo de destacar (i) a aprovação da Política e Estratégia de Descentralização, (ii) a capacitação das Inspeções de Administração Local (IAPs), (iii) A elaboração de Planos de uso da Terra em mais distritos, (iv) o recrutamento de mais funcionários ao nível dos órgão locais comparativamente ao ano 2011, e (v) a elaboração dos manuais de gestão e de formação na área de Procurement pela UFSA e para os órgãos locais.

Os Parceiros saúdam a aprovação da Política Estratégica de Descentralização - PED convictos que esta representa uma etapa importante rumo à maior clareza nos objectivos que o governo pretende alcançar com o processo de descentralização e, sobretudo, na maneira como estes poderão ser alcançados. Há uma forte convicção de que a coordenação intersectorial é um elemento chave para a operacionalização da PED. Neste contexto, há necessidade de um trabalho cada vez mais coordenado entre

os sectores na implementação do processo da descentralização. O GIDE revitalizado terá a responsabilidade de assegurar o envolvimento dos diferentes sectores na elaboração e implementação do Plano Nacional de Descentralização e a sua monitoria.

O PNDFD (Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas), é um dos principais Programas do Governo para desenvolver as capacidades da gestão administrativa dos Distritos com o fim de melhorar a prestação dos serviços públicos e a promoção do desenvolvimento social e económico especialmente nas zonas rurais do País. Os principais avanços do PNDFD consistiram na criação de algumas condições e instrumentos para a gestão distrital como por exemplo a inclusão dos distritos no processo de planificação estratégica e operativa, gestão de empreitada, introdução de um sistema de controlo interno e externo com base de standards internacionais e a introdução do sistema de monitoria do Desenvolvimento Distrital (SMoDD). Além disto está a ser implementado um abrangente programa de capacitação para os funcionários distritais, acompanhado pela elaboração dos respectivos manuais nas diferentes áreas administrativas (planificação, gestão financeira, procurement, gestão de empreitada, participação e monitoria).

Em relação aos resultados do PNDFD, ainda não é possível informar de forma abrangente com excepção de 4 Províncias (Maputo, Inhambane, Sofala e Manica) sobre os avanços nos impactos do Programa e medir o melhoramento da gestão distrital e da prestação dos serviços, que só será possível com a instalação completa do SMoDD em curso desde o presente ano. Resultado concreto sobre o PNDFD e recomendações sobre futuras perspectivas espera-se através da avaliação de meio tempo a ser efectuada em Julho do ano corrente.

Descentralização fiscal (nível municipal). A Lei 1/2008 prevê que 1,5% das receitas fiscais previstas no respectivo ano económico sejam transferidas para as Autarquias Locais através do FCA e FIIL. Contudo, os parceiros acham que não são muito claros os procedimentos que tem sido aplicados na atribuição tanto do FCA como do FIIL. Em 2012, três municípios não receberam na totalidade o FCA. Lichinga, por exemplo, recebeu (92.4%), Marrupa recebeu (92.0%) e Moatize recebeu (98.5%). 04 municípios não receberam na totalidade o FIIL. Metangula recebeu (90.0%), Gurue (97.9%), Moatize (97.9%) e Marromeu (98.2%). Em 2012 o Município da Matola recebeu 50% do PERPU, os outros receberam 100%. Também não está claro o critério de aumento do FCA e FIIL. Em 2013 o orçamento do FCA e do FIIL aumentou com 18.7% em comparação com o de 2012. Este valor embora seja um aumento, ele reduziu quando comparado com o aumento dos anos anteriores que tinha aumentos de 20.5% e 32.3% respectivamente. O orçamento do PERPU para 2013 mantém o mesmo previsto e alocado em 2012, excepto para Pemba, que tem um aumento de 55%.. Estes números ocorrem num contexto em que a base tributária das autarquias continua sendo fraca, com aproximadamente 25% do seu próprio potencial tributário, havendo necessidade

que os municípios também se organizarem para melhorar a cobrança de receitas. Apesar destes desafios que devem merecer atenção do Governo, aprecia-se o esforço que o Governo tem feito para reforçar a capacidade de elaboração de propostas de Orçamento do Estado de nível provincial, distrital e autárquico (criação recente do Departamento de Orçamento Local e Autárquico no Ministério das Finanças).

Plano Estratégico para Redução da Pobreza Urbana (PERPU) e FDD. Os fundos do PERPU e FDD têm um grande potencial para financiar investimentos produtivos e gerar rendimento, favorecendo os cidadãos mais carenciados. Entretanto, o PERPU continue financiando elevado número de microprojectos com impacto limitado na economia local. Ainda prevalece a preocupação levantada durante as visitas conjuntas em torno da sustentabilidade e dos níveis de reembolso do PERPU que não atingem o 11% a nível nacional. A transferência do FDD para financiar projectos de produção de comida, geração de emprego e renda, estão a estimular novas dinâmicas de desenvolvimento económico local ao nível dos distritos e postos administrativos do país. Como no PERPU, os níveis de reembolso do FDD continuam aquém do desejado e o governo tem revelado fragilidade na implementação de instrumentos legais que elevem os níveis de reembolso e comprometam cada vez mais os mutuários do PERPU e do FDD. Os parceiros consideram que a questão da partidarização na selecção dos beneficiários destes fundos é um desafio e não que devem ser menosprezado.

Transferência de funções e competências. O incumprimento dos prazos na implementação do Decreto 33/2006, de 30 de Agosto por parte, quer do governo, quer das autarquias locais, na transferência de funções e competências, levou a adopção do Decreto 58/2009 que prorrogou o período de vigência do Decreto 33/2006, e estabeleceu o quadro de transferência de funções e competências dos órgãos do Estado para as autarquias locais. Entretanto, alguns municípios, Beira, Metangula, Pemba, solicitaram a transferência de competência e ainda não obtiveram resposta por parte das respectivas tutelas. Mesmo em alguns casos em que já foram assinados acordos de transferência, observa-se que esta ainda não é efectiva, pois falta completar etapas finais do processo.

Participação Comunitária. Os Parceiros congratulam-se com os esforços empreendidos pelo Governo no sentido de reconfirmar e revitalizar o funcionamento dos conselhos locais a todos os níveis por forma a contribuir para maior dinamismo e participação nos processos de desenvolvimento económico, político e social ao nível local. Neste âmbito, destaca-se a (i) revisão das matérias de formação e (ii) o melhoramento do guião sobre organização e funcionamento dos conselhos locais. Todavia, os parceiros notam com preocupação alguns focos de intolerância por parte de alguns administradores distritais ao exercício de actividades das organizações de sociedade civil ao nível local. São disso exemplos, o encerramento da rádio comunitária de

Catandica aparentemente por ordens do administrador local, e a ordem de expulsão do coordenador da plataforma distrital de Barue também pelo administrador local.

Recursos Humanos. Embora tenham se registado algumas melhorias no preenchimento dos quadros de pessoal em relação ao ano anterior, continua preocupante a baixa taxa de contratação de técnicos distritais para vários sectores sobretudo para os SDPI's, sendo este sector uma das áreas chaves no processo de planificação e programação distrital e do desenvolvimento local. Assim, os parceiros instam o governo a buscar soluções técnicas para sanar esta problemática.

No âmbito do **Sector de Justiça**, a avaliação de desempenho, da conta que o indicador 24 sobre o número de casos de Corrupção⁴, no período em análise registou a tramitação de 698 casos de corrupção, tendo sido 228 em investigação, 470 em instrução preparatória, 243 Acusados, 35 Abstidos, 17 aguardando produção de melhor prova e 18 Arquivados (GCCC), 76 Julgados, 190 detidos, 17 absolvidos e 100 condenados. Sobre o indicador 25, número de casos julgados por ano, reporta-se 102.821 processos julgados em 2012, contra 99.381 de 2011, significando um acréscimo de 3.440 casos, isto é, abaixo da meta prevista. Dos processos findos por julgamento, 68.535 são dos Tribunais Judiciais de Distrito, 33.699 dos Tribunais Judiciais de Província e 108 do Tribunal Supremo em 2012. No que respeita aos processos entrados nos tribunais judiciais em 2012, reporta-se a entrada de 105.348 contra 107.521 em 2011. Quanto aos processos transitados aumentou de 147.195 em 2011, para 149.722 em 2012, significando um aumento em cerca de 1.7 % (Anexo 1 e 2: Discurso de abertura do ano judicial 2013 e Estatísticas do Judicial 2012). Os Tribunais Superiores de Recurso estão em funcionamento faz um ano, tendo entrado um total de 1.025 processos, dos quais 443 do TSR Maputo, 298 do TSR Beira e 284 do TSR Nampula, tendo sido julgados no total 479 processos em 2012. Quanto ao indicador 26 sobre implementação efectiva do pacote legislativo anti-corrupção, importa referir que estão sendo implementados os diplomas aprovados, findo o período de *vacatio legis*, por parte das instituições de direito. Decorrem também deste processo, (i) a divulgação da legislação, (ii) a criação de mecanismo de acompanhamento da implementação efectiva da Lei da Probidade Pública, como sejam, as Comissões de Ética a nível central, estando a ocorrer também a nível sectorial e institucional, (iii) Em curso o ajustamento do quadro orgânico do GCCC, tendo sido produzida a proposta, (iv) a tendência gradual da sustentabilidade da mobilidade dos Magistrados do Ministério Público através da consagração dos recursos no orçamento corrente da PGR, (v) estando em preparação o processo de implementação da Lei de Protecção de Vítimas, Denunciantes, Testemunhas e Peritos em Processo Penal., Decreto Presidencial e Estatuto Orgânico do Ministério da Justiça estando a matéria da previsão do impacto orçamental a ser tratada no presente ciclo de CFMP (vi) a

⁴ Dados provisórios a serem confirmados com a Informação Anual do PGR à Assembleia da República

consagração nos orçamentos correntes na instituições de Direito, dos recursos para a investigação criminal, (vii) a consagração nos orçamentos correntes na instituições de Direito, dos recursos para implementação da Lei de Probidade Pública. Contudo, no âmbito deste indicador, decorre com algum progresso a formulação do plano de acção baseado numa análise das capacidades institucionais existentes comparadas com as requeridas pelo pacote legislativo e harmonizado com a Estratégica Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção. Ainda no âmbito dessas medidas maiores desafios deverão ser concentrados nas metas ainda não realizadas, como sejam, a criação do quadro orgânico e de pessoal do gabinete de protecção de testemunhas e denunciantes, aprovação do Código Penal e do Código de Processo Penal e Regulamento da Lei da Probidade Pública, esperando-se que uma primeira versão do Plano de Acção seja circulada para consultas até final de Abril.

Relativamente a assistência jurídica e patrocínio judiciário, o grau de cobertura dos distritos na implantação das delegações do IPAJ elevou-se de 115 distritos com cobertura territorial em 2011 para 125 distritos em 2012, dos quais 118 de cobertura física e 7 distritos em regime ambulatorio (Anexo: Matriz de cobertura dos Serviços do IPAJ). Ainda no período em análise, o IPAJ assistiu 90.777 casos, contra 71.913 de 2011, significando um acréscimo de cerca **26%**. **Dos processos assistidos reporta-se** 66.437 criminais, 11.926 cíveis e 12.414 extra-judiciais. Do número total de casos assistidos, 35403 casos (39%) são referentes ao género feminino e 61% ao género masculino.

No âmbito da expansão de infra-estruturas, o Sector continua a implantar os palácios de justiça, uma nova forma de expansão do judiciário, sobretudo nos distritos, no entanto carecendo de maior divulgação no seio das comunidades e a implantação destes nas zonas de maior fluxo processual de modo a garantir um maior acesso a justiça as populações.

O sistema prisional, durante o ano em apreciação, registou-se um total de 15.879 reclusos, dentre os quais 5.526 em prisão preventiva, correspondendo a 35% e 10.353 condenados equivalendo 65%, sendo 5.656 condenados a penas de prisão correcional (55% do total de condenados) e os restantes 4.697 a penas de prisão maior (convindo aos restantes 45% dos condenados). Quanto a observação dos prazos de prisão preventiva, registou-se um agravamento em 3%, isto é, de 23 para 26% de reclusos em prisão preventiva fora dos prazos previstos, conforme a legislação pertinente se comparado com 2011.

Assuntos especiais

Como assunto de atenção especial constou na revisão passada na área da Justiça, a necessidade de acelerar o combate à corrupção através da implementação das estratégias em vigor, bem como o continuo melhoramento do quadro legal baseado na avaliação de impacto, sendo de destacar o desenvolvimento da segunda Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção, ora na fase de draft em harmonização no aparelho do Estado, e de forma particular, o plano de Acção de Implementação Efectiva do Pacote Legislativo Anti-corrupção, tendo sido já circulado o relatório de assistência técnica sobre a matéria e em formulação o Plano de Acção a ser circulado para consultas até final de Abril. Ainda neste contexto, importa referir que parte do pacote legislativo anti-corrupção encontra-se já em implementação, estando concomitantemente a serem desenvolvidas acções de divulgação da legislação e a criação de mecanismo de acompanhamento da implementação efectiva da Lei da Probidade Pública, como seja, a Comissão de Ética a nível central, estando a ocorrer também a nível sectorial e institucional.

Lições Aprendidas

A sustentabilidade da implementação da ERDAP com particular enfoque na melhoria da prestação de serviços a todos os níveis (central e local) está associada à massificação do uso das tecnologias de informação e comunicação na provisão de serviços; à qualidade do quadro legal dos processos e procedimentos para a obtenção de serviços; e da institucionalização da abordagem de pesquisa periódica de satisfação do utente dos serviços públicos. Por outro lado, a sustentabilidade da reforma do sector público está associada a consolidação da sua integração no CFMP, PES/OE e bPES.

Na área da Descentralização os desafios caracterizaram-se pelas dificuldades de operacionalidade do e-SISTAFE ao nível dos distritos; a lentidão na conclusão do Sistema de Gestão Municipal em curso; a falta de clareza sobre o que se entende por publicar o resultado do SMODD que faz parte do indicador 22. Há necessidade de um debate interno e depois com o grupo de trabalho para clarificar o que publicar, se os relatórios no nível local, ou nível central já consolidado, publicar o relatório todo ou parte dele, que informações publicar aonde e como; melhorar a análise qualitativa do desempenho dos indicadores; reforçar a coordenação inter-institucional e a capacidade de tratamento da informação aos vários níveis; continuar com as acções de capacitação ao nível dos órgãos locais; reforçar a capacidade financeira das autarquias locais através da implementação de sistemas de gestão e processos de cobrança de receitas, sobretudo receitas fiscais e concluir o desenho do Sistema de Gestão Municipal.

Quanto as lições aprendidas na área da Justiça em 2012 com vista a melhorar em 2013 a planificação e processo orçamental para 2014, destaca-se em 2012 a aplicação em regime experimental da metodologia de abordagem integrada e sectorial do exercício de CFMP e Orçamentação, lançadas pelo Governo, retomadas nas metodologias do mesmo processo para o presente exercício, colocando ao Sector grandes desafios de coordenação e harmonização dos procedimentos de gestão tendo como alcance a complementaridade dos objectivos e racionalização de recursos.

Proposta das soluções para melhorar o desempenho em 2013

Incluir o conteúdo desta parte pode-se basear no relatório da justiça

Indicadores a serem revistos no processo de planificação

- ✓ Substituir o indicador 21;
- ✓ Proposta de revisão do indicador 22, para melhorar a sua formulação e a respectiva nota técnica;.
- ✓ No indicador 23, os parceiros sugeriram uma reformulação do indicador e aguardam reacções do Governo, esperando no futuro através desta mudança, poder monitorar as tendências nas execuções aos diferentes níveis territoriais.
- ✓ Adequação dos indicadores do Sector da Justiça, com particular ênfase para o indicador 24.

Análise Global

a. Maiores Realizações em 2012

Crescimento e Estabilidade Macroeconómica

Em 2012 a actividade económica manteve-se robusta, com o PIB a crescer em torno da média dos últimos 5 anos, o que também foi acompanhado pela desaceleração da inflação para 2.09%, 8.2pp abaixo da verificada em 2011, apesar do carácter expansionista da política monetária.

As estimativas preliminares do INE indicam para o ano em análise um crescimento anual do PIB real de 7.4%, sustentado pelo crescimento acelerado nos sectores, Indústria Extractiva (40.7%), Serviços Financeiros (12.8%), Transportes e Comunicações (10.4%), Construção (9.8%) e Agricultura (7.1%). Em termos de contribuição dos sectores no PIB, continuam na dianteira os sectores da Agricultura (23.4%), Indústria Transformadora (12%), Transportes e Comunicações (12%) e Comércio (11%).

A Política Fiscal e Orçamental em 2012 continuou orientada para prosseguir com os objectivos plasmados no PQG 2010-2014 e no PES 2012, consubstanciados na manutenção da estabilidade macroeconómica e na criação de capacidades internas para a promoção do crescimento socioeconómico sustentado e mais inclusivo. Dentre as medidas tomadas neste período, destacam-se, a descentralização da execução orçamental; o alargamento da base tributária; o incremento da cobrança da receita do Estado; o aperfeiçoamento da orçamentação por programas; e a priorização da afectação de recursos aos sectores com maior impacto na redução da pobreza.

Como resultado das medidas de política fiscal, na execução orçamental 2012, a arrecadação da Receita do Estado situou-se em 98,615 milhões de MT que corresponde a um rácio fiscal de 23.8% do PIB contra 21.7% do PIB registado em 2011 e a execução das Despesas alcançou cerca de 137,815.3 milhões de MT o que corresponde a um crescimento nominal de 7.7% em relação a 2011.

A política monetária foi orientada tendo em consideração o alcance dos principais objectivos macroeconómicos do Governo, tendo o Banco de Moçambique adoptado uma política monetária orientada à expansão do crédito ao sector privado da economia, fazendo com que este sector aumentasse a sua contribuição para o PIB. Nesse sentido, em face da melhoria do indicador de inflação, o Banco de Moçambique reduziu

faseadamente as taxas de juro de referência (Facilidade Permanente de Cedência em 5.5 pp para 9.5% e a Facilidade Permanente de Depósitos em 2.75 pp para 2.25%) e o coeficiente de reserva obrigatória em 75 pontos base para 8%.

Ainda que o ajustamento tenha sido mais lento, as taxas de juro médias das operações a retalho tenderam para a redução, tendo a taxa de juro média das operações activas praticada pelos bancos comerciais nas suas operações com o público, para o prazo de um ano, reduzido em 3.45 pp, para 20.35%, enquanto a prime rate decresceu em 3.94pp, para cerca 15% em Dezembro de 2012.

A política monetária orientada à expansão dos agregados creditícios resultou, também devido ao efeito cambial, num crescimento do crédito ao sector privado em 18.3%, que compara com 6.4% em 2011.

O comportamento do Metical face as principais moedas transaccionadas no mercado cambial foi de estabilidade, tendo a depreciação nominal face ao Dólar dos EUA e ao Rand sul-africano, sido inferior a 10%, revertendo deste modo a apreciação registada em 2011.

Nas contas externas, o país manteve reservas internacionais que permitiram salvarguardar 5.7 meses de cobertura de importação de bens e serviços não factoriais. Por seu turno, a conta parcial de bens registou um saldo deficitário na ordem de USD 2,698.0 milhões, que representa uma deterioração de cerca de 19.9% em relação a 2011. Este facto é resultante, por um lado, da forte dinâmica das importações, sobretudo em bens de capital, imposta pelo influxo de grandes empresas de Investimento Directo Estrangeiro na área de exploração mineira e hidrocarbonetos que, por sua vez, atraem um volume considerável de pequenos e médios empreendimentos de apoio às grandes unidades industriais. Por outro lado, as exportações totais do país, foram afectadas pela queda na exportação de alguns dos principais produtos, com destaque para energia eléctrica e alumínio.

As medidas de política económica tomadas pelo Governo tem resultado num crescimento económico robusto e sustentado em torno da média dos últimos anos, acompanhado do progresso nos indicadores socioeconómicos. A melhoria das condições de vida da população tem sido verificada como resultado do desempenho positivo de alguns indicadores, a destacar: a criação de novos postos de trabalho (que são em parte resultado das acções desenvolvidas com vista a promoção de emprego: é o caso do FDD, PERPU, entre outros), o aumento de estudantes matriculados no EP1, aumentos na taxa de cobertura de partos institucionais, acesso a água potável, energia eléctrica e saneamento do meio, sem descorar os incrementos no PIB per capita entres outros.

Perspectivas do Desempenho Económico em 2013

Para o ano de 2013 espera-se que o crescimento do PIB alcance 7.3% abaixo do crescimento inicialmente projectado e referenciado no PES 2013 de 8.4%, como resultado do impacto das inundações nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2013. O crescimento previsto nos sectores que foram mais afectados será de: Agricultura (2.8%), Indústria Mineira (63.7%), Comércio e Serviços (6.5%), Electricidade e Água (7.3%) e Transporte e Comunicações (7.3%).

O desempenho dos sectores acima indicados será afectado de forma significativa pelas inundações devido aos seguintes factores:

- (i) Agricultura como resultado da extensa área perdida na 1ª época da campanha agrícola 2012/2013, com principal destaque para as zonas sul (Gaza, Maputo e Inhambane) e centro (Sofala, Zambézia);
- (ii) Indústria Mineira como resultado da paralisação da produção do carvão em Tete devido a degradação da Linha de Sena usada para o escoamento deste mineral até ao Porto da Beira, podendo levar ao incumprimento do plano de produção de 7.5 milhões de toneladas;
- (iii) Electricidade como resultado da queda das torres que suportam a linha de transmissão de energia à ESKOM na África do Sul; e
- (iv) Transportes e Comunicações como resultado da destruição das estradas, pontes, linhas férreas impossibilitando a transitabilidade em diversas regiões do país.

Espera-se que no corrente ano, a inflação do fim de período acelere da previsão inicial de 7.3% para 9.6%, um aumento em 2.3pp. A aceleração esperada no nível de preços será consequência, dentre outros factores, do aumento dos produtos alimentares (principalmente as frutas e vegetais, cereais e oleaginosas) e uma maior depreciação do Metical vis-à-vis o Dólar norte-americano e o Rand em resposta a um provável aumento da procura de moeda estrangeira para fazer face a importação de bens com vista a mitigar o efeito das cheias.

Gestão das Finanças Públicas

Desempenho do Pilar de Gestão de Finanças Públicas 2012

De uma forma global, registou-se um bom desempenho na gestão de finanças públicas, o que contribuiu positivamente para o cumprimento dos objectivos estratégicos do PARP, resultante de várias reformas, como sejam a administração

tributária, reforma legislativa, expansão do e-Sistafe, orientação do nível de endividamento e manutenção dos níveis de sustentabilidade da dívida pública, permitindo, igualmente, um bom nível de arrecadação de receitas, associado ao crescimento da actividade económica e respectiva alocação estratégica dos recursos orçamentais aos sectores prioritários do PARP.

No Orçamento do Estado para 2012, aprovado através da Lei nº1/2012, de 13 de Janeiro, foi fixado o montante de 163.035,5 milhões de MT de Recursos Totais, dos quais 95.538,0 milhões de MT em Receitas do Estado, e 64.347,3 milhões de MT de recursos externos, tendo sido previsto um défice orçamental no montante de 67.497 milhões de MT.

O total da Receita do Estado arrecadada em 2012 foi de 98.615,05 milhões de MT equivalente a 103,2% do programa fixado pela Lei Orçamental, e um crescimento nominal de 21,7% relativamente a cobrança de 2011. Este desempenho equivale a um rácio fiscal de 23,8% do Produto Interno Bruto a preços correntes.

As receitas Fiscais, Não Fiscais e de Capital contribuíram com cerca de 89,6%, 5,3% e 1,8%, respectivamente, no total da arrecadação das receitas do Estado. No grupo das receitas fiscais, a cobrança dos impostos sobre rendimento, bens e serviços atingiram um montante de 36.770,8 milhões de MT e 44.668,5 milhões de MT, o equivalente a 132% e 90,6% da meta fixada para o ano, respectivamente, sendo estas as que mais contribuíram para o bom desempenho da arrecadação de receitas do Estado.

Do total da receita do Estado arrecadada em 2012 (98.615,05 milhões de MT), 10.779,12 milhões de MT provêm dos contributos dos Megaprojectos o que representa uma contribuição de 10,9% contra 3,5% de contribuição destes, em igual período de 2011. Este resultado foi influenciado pela tributação das mais valias no sector de exploração de petróleos em sede do IRPC.

Para o bom desempenho registado na cobrança das receitas do Estado resultou, dentre outros, os seguintes factores: acções de educação fiscal, formação, sensibilização, divulgação da legislação fiscal melhorando o alargamento da base tributável; abertura de novos postos de cobrança e postos fronteiriços no âmbito da expansão da cadastração fiscal; tributação das Mais-Valias, como resultado de operações de venda de acções de uma empresa petrolífera; aperfeiçoamento e consolidação do sistema de gestão e controlo da dívida tributária para facilitar a sua cobrança e maximizar a receita, implementando as reformas quanto à celeridade da sua recuperação; aumento do número de contribuintes, que de um universo de cerca de 7.000 novos contribuintes colectivos, cerca de 1.330 (19%), declararam o início de actividades, e; crescimento da produção do Carvão que gerou receitas extraordinárias.

No que concerne as **Despesas do Estado**, estas atingiram o montante de 137.851,3 milhões de MT correspondente a 83.3% da previsão anual, tendo as Despesas de Funcionamento atingido o montante de 82.395,3 milhões de MT e Despesas de Investimento 50.478,8 milhões de MT e as Operações Financeiras 4.977,3 milhões de MT, correspondente a 96.5%, 75.4% e 38.1%, respectivamente.

Relativamente aos **Sectores Prioritários**, a despesa situou-se em 66,2%, sendo de destacar os seguintes sectores: educação (20,7%); Saúde (8,5%); Infraestruturas (17,7%); Agricultura e Desenvolvimento Rural (7,7%); e Governação, Segurança, Sistema Judicial (8,2%) e Outros sectores Prioritários (3,4%).

De salientar que, a execução do Orçamento conforme previsto no OE2012, registou-se um **Défi ce Orçamental** tendo sido mobilizados para sua cobertura 38.072,6 Milhões de MT de recursos externos (informação disponível até 15 de Fevereiro de 2013), equivalente a 59,2% da previsão anual e, 3.150,1 milhões de MT de empréstimos internos, sendo que, do total de recursos mobilizados, 61,5% são constituídos por donativos (25,290.2 Milhões de MT) e 38,5 % por créditos (12,782.4 Milhões de MT) o que equivale a 72,8% e 43,1% da previsão anual, respectivamente. *Este nível de realização dos recursos externos explica-se pelo facto de estar ainda em curso a recolha de informação.*

Reformas na Gestão de Finanças Públicas

Com vista a definir o quadro orientador do processo de desenvolvimento das reformas na área de Gestão das Finanças Públicas o Governo aprovou a Visão das Finanças Públicas 2011-2025, que define os objectivos estratégicos e os processos de gestão de finanças públicas.

De uma forma sumária, as actividades de reforma realizadas em 2012 visaram a melhoria substancial de processos cruciais de gestão de finanças públicas nas áreas de planeamento e elaboração do Orçamento do Estado, programação financeira de gestão da tesouraria, execução orçamental por via directa, contabilização da execução orçamental efectuadas pelas vias directas e indirectas, controlo interno e externo, elaboração e publicação dos relatórios de execução orçamental e da Conta Geral do Estado e prestação de contas.

Neste contexto, foram realizadas as seguintes reformas estruturais, nomeadamente:

- i) Conclusão do desenho da Solução para o módulo de registo do NUIT, no quadro do projecto e-Tributação, tendo sido actualizados os dados fiscais de 124 contribuintes dos quais 30 na UGC`s de Maputo, 45 da Beira e 49 de Nampula de um universo de 850 UGC`s;

- ii) Inclusão de 30 estâncias aduaneiras, responsáveis por 90% das declarações processadas pelas Alfândegas, na operacionalização das 125 existentes no âmbito do projecto da JUE; e
- iii) No que se refere a reforma legislativa, foram revistos os Códigos de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas e de Pessoas Singulares, bem como o Código do Imposto sobre o Consumo Específico.

Nos Macroprocessos de Orçamentação e Execução do Orçamento, destacam-se as seguintes realizações:

- Revisão dos classificadores económico da despesa e orgânico tendo como objectivo obter informação detalhada para gestão do património do Estado;
- Implementação da funcionalidade de registo de conformidade dos actos de gestão pelos ordenadores da despesa que permite aos gestores verificar e confirmar a regularidade da execução da mesma;
- Início da elaboração das Contas de Gerência com base na extracção da informação disponível no e-Sistafe o que permite maior objectividade da informação nelas espelhada;
- Início da emissão do parecer pelos Órgãos de Controlo Interno dos respectivos sectores e da declaração de conformidade das referidas contas pelos respectivos ordenadores da despesa, facto que obrigará os gestores a comprometerem-se mais com a regularidade dos actos de gestão das respectivas instituições e a sua responsabilização;
- Aprovação e início de implementação do Plano de Acção para Reforma da Contabilidade Pública visando a adopção e subsequente implementação da contabilidade patrimonial baseada nas normas internacionais de contabilidade para o sector público;
- Abrangência de mais de 106 UGB`s, sendo 27 de nível Central, 64 de nível Provincial e 15 Distritos, totalizando 620 UGB`s a executar a despesa no e-Sistafe, do universo de 920 UGBs, isto é, 67.4%, no contexto da expansão do e-Sistafe. Com efeito, a execução da despesa por via directa às contas bancárias dos beneficiários finais em relação a despesa total executada situou-se em 52,58% em 2012 contra 41,54% em 2010 e 42.34% em 2011;
- A implementação do e-Folha, uma funcionalidade que permite o processamento e pagamento de salários dos funcionários e agentes do Estado directamente para suas contas bancárias, abrangeu mais 595 Instituições sendo, 6 de nível

Central, 136 de nível Provincial, 104 Instituições de nível Distrital e 349 Escolas de nível Distrital, perfazendo o acumulado de 1035 Instituições expandidas desde 2010 (122 de nível Central, 460 de nível Provincial, 104 de nível Distrital e 349 Escolas de nível Distrital);

- Aprovação da Estratégia de Médio Prazo para Gestão da Dívida 2012-2015, um instrumento que visa orientar o endividamento do Estado garantindo níveis de sustentabilidade da dívida pública; e
- Publicação de relatórios trimestrais da dívida com o objectivo de garantir maior transparência na gestão da dívida pública.

No **Macroprocesso de Gestão de Património do Estado**, destacam-se as seguintes actividades de reforma:

Aprovação do Modelo Conceptual do Património do Estado, visando melhorar o processo de contratações e aquisições públicas e a gestão do Património do Estado;

Elaboração dos Modelos de Negócios do Cadastro Único de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços ao Estado, do Catálogo de Bens e Serviços, e Incorporação de Bens Patrimoniais do Estado, com vista a implementação do Módulo do Património do Estado;

Aprovação da Lei das Empresas Públicas com o objectivo de garantir maior transparência na gestão das empresas pública;

Em 2010, 82,1% dos órgãos e instituições do Estado de nível nacional incorporaram dados dos bens patrimoniais via sistema e-Inventário;

Em 2012 o nível de cobertura do Inventário consolidado espera-se que seja de 96.8%, de destacar a incorporação de alguns bens de domínio público tais como pistas e aeródromos. O inventário vira de forma dessegregada por cada unidade beneficiária da parcela do património do Estado (as Direcções Nacionais irão evidenciar o seu inventário de forma isolada, não acumulado ao Ministério, e as unidades escolares e sanitárias desagregadas das respectivas Direcções Provinciais) nos termos da LEBOA – Lei de Base da Organização Administrativa.

Relativamente às Empresas Públicas, em 2010 foram incorporados dados de bens patrimoniais referentes a nove (9) Empresas e 2011 foram abrangidas 14 Empresas, correspondentes ao número total das Empresas que se regem pelo Regulamento do Património do Estado, aprovado pelo Decreto n.º 23/2007, de 09 de Agosto.

Quanto as Autarquias Locais, em 2010 foram incorporados dados dos bens patrimoniais de 42 Autarquias Locais, de um universo de 43 que foram totalmente abrangidas pelo Inventário Consolidado de 2011.

Em 2012, para além de incorporação dos bens de domínio privado do Estado, serão igualmente incorporados alguns bens do domínio público do Estado.

No **Macroprocesso de Controlo Interno** foi aprovado o Modelo Conceptual do Subsistema de Controlo Interno, com vista a permitir uma maior prevenção do risco na gestão do erário público e garantir uma melhor fiscalização e auditoria dos actos públicos.

Neste Macroprocesso foram realizadas diversas Auditorias, sendo de destacar as seguintes:

Auditorias ao processo de contratação pública de 36 instituições de nível central, provincial e distrital, nos sectores de Educação, Saúde e Agricultura, incluindo empresas públicas e municípios.

- A **Auditoria de Desempenho ao Sector de Acção Social**, em curso, encontrando-se na sua terceira fase. Foram finalizados os Relatórios das duas fases preliminares, nomeadamente o Estudo Piloto e Relatório Preliminar. Prevê-se que o Relatório Final esteja pronto no 3º trimestre de 2013;
- Capacitação de 213 inspectores provinciais em 10 Provincias do País sobre a utilização do manual Básico de Auditoria Interna e Auditoria ao processo de contratações públicas

O Tribunal Administrativo realizou as seguintes actividades:

- **450 auditorias financeiras e de regularidade** (de nível Central, Provincial, Distrital e Autárquico) cobrindo 40% do Orçamento do Estado.
- **Auditorias de Desempenho** aos Programas da Cadeia de Distribuição de Sementes (Ministério da Agricultura) e de Acesso e Provisão de Água Potável nas Zonas Urbanas (Ministério das Obras Públicas e Habitação), estando esta última na fase conclusiva.
- **Auditorias de Obras Públicas**, referindo-se que durante o ano de 2012, foram realizadas 25 auditorias com destaque para realização de auditorias concomitantes às obras de reabilitação do prolongamento da Av. Julius Nyerere e a construção do edifício Sede do Instituto Nacional de Acção Social (INAS).

Foi também realizada a Auditoria Financeira ao Fluxo de Fundos para o Apoio ao Orçamento de Estado de 2012, em curso, tendo sido submetido à Direcção Nacional do Tesouro para apreciação o Relatório preliminar e a Carta de Recomendações do Auditor.

Para garantir uma melhor gestão de finanças públicas foram igualmente realizadas acções de formação de 2.160 funcionários e agentes do Estado em matéria de contratação pública e de gestão patrimonial, sendo 1.112 do nível Central, 867 do nível Provincial e 181 do nível Distrital, incluindo 17 Secretários Permanentes, 01 Secretário-Geral e 58 Directores Nacionais de Administração e Finanças e de Planificação.

Sistemas de Monitoria e Avaliação da Pobreza

Relativamente a avaliação da pobreza em Moçambique, foi realizado um Estudo sobre o mapeamento da pobreza, tendo concluído que de 1997 a 2007, os índices de pobreza diminuíram para 115 dos 146 distritos. O declínio médio por distrito (não a população ponderada) foi de 19 pontos percentuais. Para os distritos que registam uma diminuição da pobreza (aumento), a redução (aumento) foi em média de 26 (seis) pontos percentuais. A diferença entre a média simples do declínio nos índices de pobreza no distrito (19) e o declínio da taxa de pobreza nacional (15 nesta análise) implica que os distritos mais populosos experimentaram menores reduções na pobreza. Geralmente, a queda na pobreza é maior quando maior for a taxa de pobreza inicial no distrito. A redução da pobreza neste sentido tem sido pró-pobre. Taxas de pobreza no distrito, em 1997 e 2007, muitas vezes desviaram-se substancialmente a partir do nível de pobreza provincial apontando para o valor da desagregação da pobreza à nível sub-provincial a fim dar subsídios à planificação à nível local. Ao longo da década 1997-2007, os riscos de pobreza no distrito tiveram a tendência de se tornarem mais concentrados no Sul, excluindo Cidade de Maputo. Uma grande parte da população pobre vive na Zambézia e em distritos vizinhos de Nampula. A concentração da população pobre nestas regiões deve-se à uma concentração elevada da população total e para os índices de pobreza relativamente elevados nestes distritos.

Do lado dos parceiros, em 2012, os dados do inquérito aos orçamentos familiares (IOF) 2008/2009 foram objecto de novas análises por parte do Banco Mundial. Segundo estas estimativas, os níveis de pobreza diminuíram substancialmente a partir de 1996 e continuaram a diminuir mesmo entre 2002/2003 e 2007/2008 embora mais lentamente do que no primeiro período.

Planificação & Monitoria

No **PES** 2013 elaborado em 2012, pode se destacar o seguinte: (1) Integração de Indicadores de Produto e Resultado do PARP e metas actualizadas, devidamente sombreados para facilitar a sua localização; (2) Inclusão do Código do respectivo Programa para facilitar a ligação com o OE; (3) Inclusão da coluna de responsabilidade para cada uma das actividades planificadas.

Foi elaborado pelos Ministérios da Planificação e Desenvolvimento e das Finanças o **Modelo Conceptual do Subsistema do Planeamento e Orçamentação (SPO)** que define as linhas mestras necessárias para a implementação e implantação do processo inerente ao planeamento e orçamentação, o qual deve ligar posteriormente com os processos de execução, monitoria e avaliação. O Modelo Conceptual prevê a sua operacionalização através de um "Sistema de Planeamento e Administração Financeira do Estado" (SIPAFE) através do qual se pretende regular o planeamento nacional e a administração financeira do Estado em simultâneo, com regras, estrutura, funcionamento e desenvolvimento formalmente estabelecidos.

O **CFMP** 2013-2015⁵ resgatou, na distribuição de limites, a visão sectorial para o nível central e a visão territorial para o nível provincial, quebrando assim o ciclo de planificação por Unidades Gestoras Beneficiárias (UGB's), que se mostrou incompatível com a metodologia POP em implementação, que prima pela planificação e orçamentação por resultados. Neste Cenário destacaram-se as seguintes inovações:

- Introdução aos Limites Globais para a componente Interna de Investimento e Bens e Serviços – para o nível Provincial;
- Introdução da Vertente da definição de Prioridades Sectoriais para o nível Central; e
- Critérios de afectação de recursos.

De referir que, está em curso uma Consultoria Internacional (financiada pelo Banco Mundial) para a elaboração de um **Sistema Nacional de Monitoria e Avaliação**. O trabalho iniciou no Segundo Semestre de 2012 e vai terminar em Junho de 2013 como um pacote integrado, nas suas diferentes componentes, a saber:

- i. A Política Nacional de Monitoria e Avaliação;
- ii. O Sistema Nacional de Monitoria e Avaliação do PQG, PARP e PES; e
- iii. O Repositório de Dados baseado na WEB.

⁵ Para um maior detalhe a elaboração do CFMP veja o documento das *Metodologias de Elaboração do CFMP 2013-2015* disponíveis na página web do MPD

O trabalho iniciou com uma avaliação das capacidades de coordenação de monitoria e avaliação do Ministério da Planificação e Desenvolvimento. Neste contexto, está em curso a elaboração de uma Política Nacional de Monitoria e Avaliação, cujo objectivo principal dessa política será de melhorar o desempenho do sector público por meio do fortalecimento da produção operacional, coordenada, do custo-efectivo, e do uso de informação objectiva sobre a aplicação dos resultados das estratégias nacionais, políticas, programas e projectos.

No que se refere a componente de Avaliação e Inquéritos, destaca-se o seguinte:

- i. Elaboração e aprovação pelo INE, em 2012, da nova Estratégia para o **Sistema de Estatísticas Nacional (SEN) 2013-2017**;
- ii. Realização do **INCAF** (Inquérito Continuo aos Agregados Familiares), que tem como objectivo a disponibilização de informação estatística infra-anual; entre outros (i) analisar a tendência da pobreza/condições de vida; (ii) obter estimativas da taxa de emprego/desemprego; (iii) avaliar as condições socio-económicas e expectativas económicas dos Agregados Familiares). De salientar que, a publicação do relatório respectivo está condicionada à apreciação pelo Conselho Coordenador do INE a realizar-se durante o corrente ano; e
- iii. Realização do Inquérito às Indústrias Manufactureiras em Moçambique de 2012, cujos resultados serão apresentados em 2013. A pesquisa visa perceber a dinâmica das empresas operando no sector manufactureiro em Moçambique, com vista a apoiar a formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento neste sector.

Constrangimentos Observados durante a Execução em 2012 e Proposta de Soluções para 2013

Gestão das Finanças Públicas

Analisando o Indicador 28, depreende-se que a taxa de execução orçamental agregada situou-se em 98.5%, tendo-se verificado um cumprimento da meta estabelecido pelo critério de avaliação do indicador. No que concerne a taxa de execução sectorial, este indicador não foi atingido, como resultado dos seguintes factores: (i) fraca captação de informação das despesas feitas nos serviços distritais; e (ii) disponibilidade de receita adicional provenientes das mais-valia, facto que permitiu reforços de dotações orçamentais nos sectores da Educação, Saúde e Obras públicas para o pagamento das despesas de carácter inadiável e passivos que o Estado tinha junto de fornecedores que não estavam incluídas no OE por falta de disponibilidade financeira.

No geral, tendo em conta os preceitos definidos pela Nota Técnica, que define que os dois indicadores devem ser atingidos na sua totalidade, conclui-se que este indicador não foi atingido.

De acordo com o objectivo deste Indicador, a base de cálculo é a dotação inicial que coloca o desafio na programação orçamental, uma vez que ao longo da execução prevalecem em grande medida situações de reforço e redistribuições do orçamento inicialmente aprovado. Estes factores concorrem para os desvios acima dos intervalos considerados na Nota Técnica, razão pela qual, sugere-se a reformulação do indicador com vista a ultrapassar-se este constrangimento.

Em relação ao **Indicador 30**, no que tange a dimensão do ***Plano de Supervisão Anual da UFSA definido e implementado incluindo o seguimento das recomendações deixadas pela IGF***, prevalece o grande desafio da necessidade de fortalecimento da capacidade técnica nas UGEAs, no que se refere a tramitação de processos, comparativamente a 2011.

Igualmente, embora tenham sido formados vários funcionários e agentes do Estado durante o ano em referência, a grande mobilidade de técnicos afectos a área de contratações públicas constitui ainda um grande constrangimento, associado à necessidade de criação de uma carreira específica nesta área.

A implementação do **Indicador 31** trouxe grandes desafios ao nível do Subsistema de Controlo Interno uma vez que todos os órgãos de Controlo Interno sectoriais não realizavam, de forma sistematizada, acções de seguimento das suas recomendações.

Actualmente, o grande desafio ao nível do Subsistema de Controlo Interno é ter um sistema integrado de gestão de recomendações de todos os OCI's. O sistema integrado permitirá que se conheça em tempo oportuno o ponto de situação das recomendações, e assim melhor planificar as actividades de controlo a implementar algo que não é possível neste momento. Esta fraqueza será ultrapassada com a implementação do plano de réplica e/ou integração, em todos os OCI's, do sistema de gestão de recomendações em uso na IGF.

No tocante a Área de Receitas, no quadro do alargamento da base tributária e no âmbito de gestão de mudanças, a introdução tardia da Janela Única Electrónica (JUE) afectou a celeridade na tramitação dos processos inerentes ao desalfandegamento de mercadorias, na fase inicial.

Sistemas de Monitoria e Avaliação da Pobreza

No processo de elaboração do PES 2012, utilizando a metodologia que visa assegurar o alinhamento e monitoria efectiva do PARP com o PES e definição de indicadores de resultado para cada um dos programas do Governo, os sectores enfretaram a dificuldade de adequar os indicadores de resultado do PARP para fazer a monitoria dos seus programas.

Para fazer face a estes problemas, iniciou-se, nos meses de Fevereiro/Março de 2013, um exercício por Objectivo/Pilar que inclui a análise dos indicadores do PARP e os Programas do Governo, com o objectivo de (i) identificar indicadores do PARP a serem revistos e (ii) identificar indicadores de resultado para os programas do Governo. Este exercício e os seus resultados estarão inclusos nas discussões do Grupos de trabalho da RA 2013.

Adicionalmente, a Área da Pobreza que é monitorada pelo Índice de Desenvolvimento Humano Adaptado (IDHA), continua a revelar desafios acrescidos dado que este Indicador proxy utiliza projecções para a componente de Saúde e dados factuais para a componente de Educação. Ademais, a interpretação dos resultados torna-se difícil e complexa na medida em que é um indicador proxy com três componentes associados, Educação, Saúde e PIB.

Indicadores/Metas do QAD 2012-2014 a Rever na Reunião de Planificação 2013

Em geral, todo o conjunto de indicadores deste pilar deverá ser objecto de revisão ou de melhoria em alguns aspectos, considerando de forma integrada aspectos chave e essenciais de gestão económica e de finanças públicas, incluindo a possível substituição de alguns indicadores. De realçar que, antes da Reunião de Planificação de 2013, prevê-se a revisão de algumas notas técnicas para a avaliação de desempenho em 2013.

Adicionalmente, foi proposta a consideração de áreas de indicadores a incluir e finalizar até à Reunião de Planificação de 2013 sobre: receitas internas (composição, determinantes), selecção de projectos de investimento público, gestão e sustentabilidade da dívida e sobre implementação e qualidade do e_SISTAFE.

	Indicadores	Metas e comentários		
		2013	Indicativo 2014	Comentários
27	Receitas do Estado			Rever o indicador e meta, para reflectir melhor a composição e determinantes da

				receita, incluindo parte dos recursos naturais
28	Taxa de Execução Orçamental agregada e sectorial em relação ao orçamento aprovado			Indicador a ser revisto na Reunião de Planificação
29	Melhoria da cobertura e abrangência da CGE, de acordo com as normas internacionais (IPSAS)	Relatórios e Contas das 4 maiores Empresas Públicas divulgados no jornal de maior circulação e no Boletim da República.	A definir de acordo com o Plano de Acção de implementação das IPSAS aprovado em 2012; Relatórios e Contas de 6 Empresas Públicas divulgados no jornal de maior circulação e no Boletim da República.	1. Proposta de uma pequena reformulação do indicador: "Melhoria da cobertura, abrangência e transparência das Contas do Estado" NT.
30	Melhoria da operacionalização e integridade no sistema de procurment			NT a ser revista na Reunião de Planificação de 2013
	% de Recomendações implementadas pelas entidades auditadas/inspeccionadas pelos OCl's e IGF	35% para recomendações da IGF e OCIs implementadas.	% por determinar.	
31	Estabelecer e implementar um Plano de Trabalho para o Fortalecimento da colaboração entre a IGF e TA com vista ao Acompanhamento, pelo Controlo Interno, do grau	Plano estabelecido e implementado.	Para auditorias TA por determinar, com base no plano de trabalho acordado entre IGF e TA em 2013	A ser revisto na Reunião de Planificação de 2013 sobre meta de monitoria das recomendações das auditorias do TA pela IGF, segundo o

	de Implementação das Recomendações de auditorias realizadas pelo TA.			Plano acordado.
33	Aumento do grau de transparência do orçamento, na óptica da Iniciativa de Orçamento Aberto.			Para 2014. Diversas melhorias na transparência poderiam ser consideradas, incluindo melhorias na transparência dos processos orçamentais aos níveis provinciais e distritais.
34	Melhoria da gestão e transparência das receitas de exploração de recursos minerais			O indicador (nas 2 dimensões) deve focalizar os compromissos e o processo de preparação para uma boa gestão das receitas fiscais, incluindo aspectos de gestão macroeconómica e fiscal, assim como de selecção de projectos
35	Índice de Desenvolvimento Humano Adaptado	crescimento médio anual de 4% entre 2008-14	(por definir durante a Reunião de Planificação)	Este indicador deverá ser melhorado ou substituído durante a Reunião de Planificação de 2013.

Avaliação dos Progressos Relativo aos “Assuntos de Atenção Especial” Identificados na RA 2012

Fortalecimento de Gestão de Finanças Públicas

Com vista a assegurar a transparência e eficiência da gestão de fundos públicos, em 2012, o Governo aprovou os seguintes instrumentos de gestão:

- Visão das Finanças Públicas 2011-2025, que define os objectivos estratégicos e os processos de gestão de finanças públicas, bem como o quadro orientador do processo de desenvolvimento das reformas na área de Gestão das Finanças Públicas.
- Lei das Empresas Públicas com o objectivo de garantir maior transparência na gestão das empresas públicas e minimizar o risco fiduciário.
- Estratégia de Médio Prazo para Gestão da Dívida 2012-2015, um instrumento que visa orientar o endividamento do Estado garantindo níveis de sustentabilidade da dívida pública; e publicação de relatórios trimestrais da dívida com o objectivo de garantir maior transparência na gestão da dívida pública.

Melhoria da Gestão das Receitas Provenientes da Exploração de Recursos Minerais

De um modo geral a exploração de recursos naturais tem contribuído para a receita do Estado, embora se reconheça que alguns desafios se impõem ao Governo para maximização da contribuição destes Projectos para a Economia.

Ciente destes desafios e da necessidade de se melhorar a contribuição da exploração de recursos naturais para a Economia, o Governo tomou diversas medidas com destaque para a aprovação em 2007 de um regime específico de tributação e de incentivos para a área mineira e petrolífera (Leis nº 11/2007 e 12/2007, ambas de 27 de Junho), aprovação em 2009 do novo Código dos Benefícios Fiscais; Adesão de Moçambique à Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE) em Maio de 2009 e, aprovação em 2011 da Lei das Parcerias Público Privadas, Projectos de Grande Dimensão e Concessões Empresariais, sendo que esta última prevê no seu n.º 2 do art. 36 a renegociação de determinadas cláusulas contratuais mediante o mútuo acordo entre as partes.

Neste contexto, o Governo tem vindo a desencadear acções que concorrem para o aumento da transparência na gestão de receitas daí resultantes, sendo de destacar:

- Produção e Publicação do Segundo Relatório de Reconciliação em Março de 2012, referente ao ano 2009, que levou a qualificação de Moçambique ao estatuto de “Cumpridor”;
- Produção e Publicação do Terceiro Relatório de Reconciliação da ITIE, em Dezembro 2012, referente a 2010. Para a produção deste Relatório foram seleccionadas 46 empresas, das quais 44 responderam. De notar que, a diferença antes de reconciliação foi de 1,65% para 2010, em comparação com a 4,65% para 2009. A discrepância após a reconciliação foi de 0,78% do total declarado (cerca de \$0,5 milhões) para 2010, um ligeiro aumento em comparação com 2009 (0,6% do total declarado ou \$ 0.2 milhões) que se justifica pelo aumento da abrangência de mais empresas mineiras arroladas em relação a 2009.
- Actualmente a aprovação de todos os projectos é feita à luz da nova legislação, o que demonstra claramente que o Governo está empenhado em melhorar cada vez mais a contribuição destes empreendimentos para a economia.
- As receitas provenientes da exploração dos recursos naturais são canalizadas ao Orçamento do Estado através da Conta Única do Tesouro.
- À luz das Leis nº 11/2007 e 12/2007, de 27 de Junho, o Orçamento do Estado para 2013 programou a consignação de 2,75% das receitas advenientes do imposto de produção de actividades de exploração mineira e petrolíferas, das areias pesadas de Moma, Pande, Temane, Vale e Rio Tinto, estimadas em cerca de 30 milhões de MT para as localidades de Moatize (), Govuro e Moma que vai ser utilizada para a implementação de projectos de desenvolvimento económico e social nas localidades abrangidas pelas actividades daquelas indústrias, como ilustra a Tabela abaixo:

Tabela: Transferência às Comunidades

localização			Unidade: Mil Meticais
Província	Distrito	Localidade	Transferência a Comunidade
INHAMBANE	Govuro	Pande	2.854,8
	Inhassoro	Maimelane	2.854,8
TETE	Moatize	Cateme	6.108,2
		25 de Setembro	6.108,2
		Chipanga II	6.110,0
		Benga	3.941,0
NAMPULA	Moma	Topuito	2.072,2
Total			30.049,2

Neste contexto, constituem critérios de afectação destes recursos os seguintes:

- a) Os recursos devem ser alocados em projectos e prioridades que visam essencialmente promover o desenvolvimento socioeconómico da localidade;
- b) Os projectos e prioridades devem ser identificados pelas comunidades, através dos Conselhos Consultivos de Localidade;
- c) Constituem projectos elegíveis, os de construção de Infra-estruturas Socioeconómicas, especificamente nas seguintes áreas:
 - Educação (salas de aulas);
 - Saúde (postos e centros de saúde);
 - Agricultura (regadios comunitários/represas);
 - Silvicultura (florestas comunitárias);
 - Serviços (mercados);
 - Estradas e pontes de interesse local; e
 - Sistemas de abastecimento de água e saneamento.
- d) A implementação dos projectos deve ser feita em estrita coordenação com o sector correspondente no Distrito e na Província (Serviços Distritais e Direcções Provinciais);

- e) Por se tratar de recursos públicos, a execução e administração está sujeita às regras de monitoria, avaliação e inspeção vigentes no País; e
- f) A Secretaria Distrital é o órgão responsável pela gestão e boa aplicação dos recursos.

Reforço da Capacidade e Transparência do Sistema de Aquisições Públicas “Procurement”

De realçar que, das várias dimensões previstas para o fortalecimento desta área, a meta sobre a aprovação da Carreira de Profissionais de Aquisições Públicas não foi alcançada, dado que ainda está em curso o processo de definição de carreiras na área de gestão de finanças públicas no País, coordenado pelo CEDSIF, no âmbito da Visão de Finanças Públicas 2011-2025.

Relativamente a implantação do Módulo do Património do Estado, integrando a contratação pública e a gestão patrimonial no e-SISTAFE, foi efectivada em 2012.

Com este Módulo, espera-se melhorar cada vez mais a gestão, acompanhamento e monitoria dos processos; aumentar a transparência; contribuir para a melhoria da execução da despesa pública; gerar poupanças nos gastos do Estado nas aquisições, e disponibilização atempada de informações de carácter regencial, para os órgãos e instituições do Estado, bem como para os órgãos de controlo.

Igualmente, em 2012, foi concebida a funcionalidade integrada no Módulo de Execução Orçamental, para registo de informação relativa ao contrato, no que concerne ao regime jurídico, modalidade de contratação, valor do contrato e respectivas formas de pagamento, o que representa progresso na captação de informação relativa as contratações públicas, no e-SISTAFE, no acto da cabimentação e liquidação da despesa pública, como forma de monitorar a conformidade dos processos com os procedimentos legalmente estabelecidos.

Estabelecimento de um Sistema de Monitoria Anual do PARP

Visando o *“estabelecimento de um sistema de monitoria do PARP forte e numa base anual de forma a permitir mais análise dos dados apresentados, observando as tendências, bem como a sua melhoria e desagregação por género”*, realizou-se no dia 26 Março 2013, um encontro do Grupo Sistemas de Monitoria e Análise de Pobreza (SMAP) para discutir os avanços feitos em termos de sistemas de monitoria do PARP, onde se verificou-se que já foi feita uma análise preliminar dos indicadores do PARP por parte do MPD (em conjunto com os sectores constantes do PARP) de modo a avaliar a sua adequabilidade. Este exercício preliminar pretendia avaliar os indicadores de acordo com os vários critérios, incluindo a disponibilidade atempada de dados necessários, e o alinhamento com os objectivos estratégicos definidos no PARP. Os

resultados serão produto de discussão ao nível do Grupo SMAP de modo a influenciar os processos de planificação futuros (RP 2013 e PES 2014).

Por outro lado, os PAP's fizeram uma análise preliminar em linhas semelhantes para os indicadores do QAD e, seguir – se – á, ainda em 2013, o exercício de cruzamento das duas análises para se chegar a uma abordagem comum do grupo SMAP.

Para o efeito, foi acordado que um grupo restrito de membros do PAMs iria realizar as seguintes actividades:

- **Durante a Revisão Anual:** assegurar que todos os indicadores do QAD que o grupo considera potencialmente problemáticos possam ser identificados, seja através dos relatórios dos grupos, seja através da própria análise do grupo SMAP, para que possam ser alterados no Processo de Planificação em Setembro de 2013;
- **Até finais de Maio:** rever todos os indicadores da matriz do PARP de modo a poder apoiar os sectores na definição de novos indicadores (e possivelmente metas) para que estes possam ser reflectidos já no processo de elaboração do PES 2014;
- **Ao longo do ano:** o assunto de monitoria do PARP – incluindo aspectos de médio prazo como a possível ligação entre o PQG-PARP-PES e o seu sistema de M&A deveria constar como um dos principais enfoques do grupo SMAP.

Ponto de Situação sobre os Estudos Planificados para 2012

Assuntos	Ponto de situação
Finalização do “Mapeamento da Pobreza”.	O “Mapeamento da Pobreza” foi finalizado e publicado e pode ser acedido através do site Web: www.dneapmpd.gov.mz
Estudo no âmbito da Gestão de Finanças Públicas	Não houve condições objectivas para a realização de estudos. Não obstante, o País recebeu na Área de Gestão de Finanças Públicas várias Missões com uma forte componente técnica de avaliação. Vide a lista de Missões de Assistência Técnica do FMI, em anexo.
Auditoria de Desempenho ao Sector da Acção Social	Em curso, encontra-se na sua terceira fase. Foram finalizados os Relatórios das duas fases preliminares, nomeadamente o Estudo Piloto e Relatório Preliminar. Prevê-se que o Relatório Final esteja pronto nos finais do Terceiro Trimestre de 2013.

Subsídios para a Avaliação dos PAPs

Avaliação Geral do Desempenho dos Parceiros na sua área em 2012

A pobreza é um assunto crítico para a parceria entre os PAPs e o Governo de Moçambique. O Apoio Geral ao Orçamento (AGO) é disponibilizado para apoiar o PARP, cujo objectivo principal é a redução da pobreza.

No entanto, há necessidade de se revitalizar o funcionamento do grupo PAMS, com a indicação da liderança por parte dos PAPs com vista a assegurar uma reflexão profunda e contínua de melhoria dos processos de análise da pobreza e de sistemas de monitoria dos instrumentos de gestão económica do Governo de forma a apurar informação fiável que facilite ou viabilize a avaliação da redução da pobreza por parte dos PAPs.

Áreas para melhorias

O Grupo SMAP carece de Termos de Referência e um plano de trabalho claro que ajudam o funcionamento do mesmo. Em princípio, o Grupo vai trabalhar sobre novos Termos de Referência e nova proposta do Indicador após a Reunião de Planificação 2013. O Grupo podia beneficiar também de um mapeamento das áreas de actuação e apoios realizados pelos Parceiros de Cooperação.

Considerações Finais

Relativamente ao exercício económico de 2012, a avaliação global do desempenho macroeconómico foi positivo em virtude do crescimento acelerado nos sectores da Indústria Extractiva, Serviços Financeiros, Transportes e Comunicações, Construção e Agricultura, tendo contribuído para o crescimento estável do PIB na média dos últimos 5 anos.

Por outro lado, as medidas de política económica tomadas pelo Governo tem resultado num crescimento económico robusto e sustentado em torno da média dos últimos anos, acompanhado do progresso nos indicadores socioeconómicos.

O progresso dos indicadores sociais revela uma melhoria relativa das condições de vida das populações, sendo de destacar o desempenho de alguns indicadores:

- a criação de novos postos de trabalho em cerca de 284,495 novos postos de trabalho em média nos últimos 3 anos, que é em parte resultado das acções desenvolvidas com vista a promoção de emprego: é o caso do Fundo de Desenvolvimento Distrital, o Plano Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (PERPU), a Estratégia de Emprego e Formação Profissional, o Programa Pró-Jovem, o Programa de Apoio às Iniciativas Juvenis;
- o aumento da taxa líquida de escolarização aos 6 anos na 1ª classe para 71.8% em 2012 (de 69.8% em 2010);
- a redução da taxa de Mortalidade Infantil (menores de 5 anos) para 97/1000 em 2012 (de 138/1000 em 2008/2009);
- melhorias no acesso a água potável com 19,3 mil fontes operacionais nas zonas rurais em 2012 (de 16.5 mil em 2010), acesso da energia eléctrica registou-se um aumento da cobertura para 38.0% da população em 2012 (de 14.9% em 2010), e
- o crescimento do PIB *per capita* projectado para USD 614 em 2012 (de USD 430 em 2010).

No respeitante ao grau de cumprimento dos indicadores da Matriz do QAD do Governo 2012, Pilar de Macroeconomia, o desempenho do Governo foi considerado satisfatório, visto que de um total de 9 indicadores da Matriz do QAD, 5 metas foram alcançadas e 4 não alcançadas mas com progresso.

Detalhe dos indicadores, na Tabela, em Anexo.

Tabela 2 – Indicadores e Metas do QAD Governo 2012

Nº Ind/P.Focal	Indicador (Fonte de Verificação)	Meta 2012	Ponto de Situação
	Gestão das Finanças Públicas		
27/ MF-AT	Aumento da receita tributária em % do PIB	Aumento de receita total em 0.5% do PIB	Meta atingida: A colecta de receitas do Estado situou-se em 103,22% de realização em relação ao programado para o ano em referência, como resultado de uma cobrança no valor de 98.615.050,78 mil MT, o que corresponde a 23,80% do PIB a preços correntes. Esta realização equivale a um incremento da receita em 1.2% do PIB. Comparativamente a igual período de 2011, as receitas cobradas cresceram 21,66% em termos nominais.
28/-MF-DNO, DNCP	Taxa de Execução Orçamental agregada sectorial em relação ao orçamento aprovado	% Desvio entre 5% para o nível agregado despesa (OE original aprovado) 6 % desvio do OE aprovado em relação as despesas do sector prioritário (agricultura,	O sub-indicador da taxa de execução orçamental agregada para 2012, situou-se em 98.95%, verificando-se o cumprimento da meta estabelecida pelo critério de avaliação do indicador que fixa o intervalo de 95% a 105%. Quanto ao sub-indicador de execução orçamental sectorial, este não foi atingido pois verificou-se que os sectores da Agricultura (98.7%), Educação (89.7%),

		educação, Saúde e Obras públicas	Saúde (110.8%) e Obras Públicas (165.9%) não estiveram dentro dos parâmetros (92.95% - 107.05%) acordos pelo indicador, resultante de um factor exogeno caracterizado pela entrada de receita das mais valias que permitiu o reforco no sector da Saude para a aquisicao de medicamentos e nas Obras Publicas para o pagamento de dividas referentes ao sector de Aguas e Estradas, facto que nao prejudicou o orcamento de outros sectores.
29/ MF-DNCP	Melhoria da cobertura e abrangência da CGE		Meta não atingida com progresso: Apesar das reconciliações e introduzidas notas explicativas na CGE 2011 visando eliminar as inconsistências, há necessidade de melhorias.
30/MF-DNPE	Melhoria da operacionalização e integridade no sistema de procurment	Sistema operacional conforme nota técnica para QAD 2012	Meta não atingida com progressos: Concepção do Modulo do Património do Estado, integrado no e-SISTAFE: Aprovado o respectivo modelo conceptual e em desenvolvimento as respectivas funcionalidades, para o efeito.
31/MF-IGF	% de Recomendações implementadas pelas entidades auditadas/ inspecionados pelos OCI's IGF e TA (Relatório e Parecer a CGE)	20%	Meta atingida: Até Dezembro de 2012 no global foram emitidas 8272 recomendações por todos os OCI's incluindo IGF nas quais 2267 (27%) foram cumpridas. Por outro lado, do acompanhamento foi feito pelo Governo em relação às

			recomendações do Tribunal Administrativo, constata-se que das 30 recomendações feitas em 2012, no âmbito da análise da CGE de 2010, foram implementadas (67%) e estão em implementação (33%), tendo em conta que as mesmas são de implementação gradual devido à necessidade de criação de faramentas que permitam a sua plena implementação.
32/MF-DNT, TA	Número de julgamentos realizados e publicados relativos a auditorias que foram concluídas		<p>Meta atingida : As metas previstas para o ano de 2012, de acordo com o Plano Corporativo do Tribunal Administrativo (PLACOR) acordados com os parceiros de cooperação para o período 2011 -2014 foram atingidas, nos seguintes termos:</p> <p>Julgamentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foram realizados 102 julgamentos que correspondem a 21% das auditorias realizadas no ano anterior; <p>Auditorias:</p> <ul style="list-style-type: none"> . A meta de 450 auditorias foi atingida e a correspondente cobertura de 40% do Orçamento do Estado de 2012, - Quanto aos Acórdãos produzidos em sede das auditorias, estes estão a ser publicados na Imprensa Nacional não havendo uma meta previamente estabelecida.
33/MF-DNO	Aumento de transparência do Orçamento na	Publicação do folheto informativo	Meta Não atingida com Progresso: De realçar que embora o folheto não tenha sido

	óptica da iniciativa do Orçamento Aberto	sobre OE 2013, em linguagem simples e acessível ao público	<p>disponibilizado antes da aprovação do OE2013, porém o documento de fundamentação do OE2013 incluindo todos os anexos informativos foram disponibilizados muito antes da sua aprovação e este, foi elaborado tendo em conta todos os princípios de transparência e abrangência orçamental e numa linguagem bastante acessível ao público.</p> <p>Registaram se igualmente as seguintes melhorias: (i) no Índice do Orçamento Aberto tendo a classificação de Moçambique passado de 28 (2010) para 47 (2012); (ii) na qualidade do folheto em termos de conteúdos, linguagem mais acessível e detalhamento sobre o investimento nos sectores prioritários.</p>
34/MF/MIREM	Melhoria da transparência na gestão das receitas de exploração de recursos minerais	<p>a) Publicação do relatório de reconciliação de valores para ITIE;</p> <p>b) Elaborar e aprovar regulamentação de valores sobre o benefício de</p>	<p>Meta atingida: A meta estabelecida no QAD 2012 era de que Moçambique deve publicar o segundo relatório de reconciliação em Março de 2012, referente ao ano 2009. Esta meta foi atingida. O relatório foi disponibilizado ao público e um processo de divulgação foi realizado, incluindo o lançamento do segundo relatório num seminário em Quelimane em Março 2012. Além disso, Moçambique publicou o terceiro relatório de reconciliação ITIE em Dezembro 2012, referente ao ano</p>

		receitas para as comunidades	<p>de 2010. Isto reduz o período de atraso da reconciliação para dois anos, em conformidade com os requisitos da iniciativa.</p> <p>Meta atingida: Neste contexto o Orçamento do Estado para 2013 programou a consignação de 2,75% das receitas advenientes do imposto de produção de actividades de exploração mineira e petrolíferas, das areias pesadas de Moma, Pande, Temane, Vale e Rio Tinto, estimadas em cerca de 30 milhões de MT para as localidades de Moatize, Govuro e Moma que vai ser utilizada para a implementação de projectos de desenvolvimento económico e social nas localidades abrangidas pelas actividades daquelas indústrias.</p>
35	Índice de Desenvolvimento Humano adaptado	0.182 (Partindo da base de 0.169 em 2010)	<p>Meta atingida: O Real para 2012 representa um crescimento do índice com 5% referente a 2011. Este crescimento é maioritariamente devido ao novo dado sobre a malnutrição Índice de Mortalidade Infantil para crianças menores de 1 ano, que foi confirmado pelo IDS que devia <i>chegar a ser 64 em 2011.</i></p>

Sumário Executivo

As adversidades que a redução assinalável de financiamentos para a concretização de iniciativas sectoriais, estão já a ter efeitos no desempenho das áreas dos assuntos transversais. Igualmente, a situação climática verificada no presente ano obrigou os sectores a engendrar planos extraordinários para fazer face às calamidades naturais. Alguns ainda não consolidaram os relatórios, daí não havendo contribuído nesta fase.

Indicadores e Metas do QAD

Na área do HIV e SIDA, a meta do Indicador # 37^a -: % e (Nº) de mulheres grávidas HIV+ que receberam medicamentos - apesar de ter demonstrado avanços, o sector continua a trabalhar para sistematizar dados provenientes das províncias, não havendo até à data uma informação única e consensual. Em contrapartida, a meta do **Indicador do QAD # 22 a)**- Nº de adultos (> 15) com infecção HIV avançada que beneficiam do TARV (terapia Anti-retroviral) foi alcançada e ultrapassada. O nº de beneficiários foi de 308.578 em 2012 contra 273.561 em 2011. Enquanto isso, relativamente à meta do **Indicador #22 b)** – crianças que beneficiam do TARV pediátrico – não foi atingida, tendo o desempenho se fixado em 65%.

Na área do Género, - o desempenho em relação aos assuntos de género foi positivo. O fortalecimento da Matriz do Balanço do PES com a introdução de uma coluna para a desagregação de beneficiários das acções por sexo é digna de realce. Tal estimula a desagregação de dados por parte dos sectores e permite visualizar os esforços que vêm sendo realizados com vista a promover a igualdade e equidade de género pelo Governo tanto à nível institucional como no de prestação de serviços.

Na área do ambiente, o indicador 8, número de projectos e iniciativas no âmbito e adaptação a mudanças climáticas foi atingido e ultrapassado em larga medida. Dos 24 projectos, foram implementados 52 nas zonas mais áridas do país, nomeadamente, Gaza, com a implementação de dois grandes projectos de adaptação a seca e conservação de água nos distritos de Chicualacuala e Guijá onde foram construídas 4 cisternas de placas para recolha e armazenamento de águas da chuva nas comunidades de Nhamguenha (20 mil litros), Gumbane (52 mil litros e outra de 18 mil litros), Magimisse (de 52 mil litros) em Chicualacuala e foram introduzidas várias culturas resistentes à seca e aquacultura. Também foi feita a abertura de um furo de água em Umbene (Posto Administrativo de Nalazi- Gaza) com 160 metros de profundidade e um sistema solar para bombeamento de água em Ndombe e Mepuza, beneficiando de forma directa mais de 826 pessoas

A segurança alimentar e nutricional (SAN), tem como indicador do Quadro de Avaliação Desempenho (QAD): a % da população com Insegurança alimentar e nutricional crónica é indicador de resultado, sendo avaliado anualmente o progresso através da % de agregados familiares com qualidade da dieta aceitável, com uma meta de 5% ano. Devido a vários factores este indicador não foi avaliado em 2012, contudo, os dados disponíveis, indicam que cerca de 270.300 pessoas são consideradas em situação de InSA extrema, havendo necessidade de resposta imediata em termos de assistência humanitária.

No âmbito da **gestão do risco de calamidades**, no quadro de implementação da matriz do PARP, sobre três indicadores de produto constantes na matriz do PARP, nomeadamente: **11.1; 12.1; 12.2**. Neste contexto, em 2012, na área de Mapeamento, 7 distritos localizados em zonas de potencial risco de desastres, criados 88 Comitês Locais de Gestão de Risco de Calamidades (CLGR) ao nível das comunidades, elevando para 850 o número total de CLGR existentes em todo o País, contra o cumulativo de 738 previsto na matriz do PARP para 2012; No âmbito da mitigação dos efeitos da seca, estão em implementação 5 (cinco) projectos de adaptação as mudanças climáticas nas zonas áridas e semi-áridas das Províncias de Gaza, Inhambane, Manica e Tete, tendo em 2013, beneficiado cerca de 1.696 pessoas. Estas pessoas foram treinadas/ capacitadas nas seguintes matérias: construção de reservatórios para captação de águas pluviais; técnicas de agricultura de conservação; produção de plantas tolerantes à seca; reflorestamento, processamento e armazenamento de alimentos

No que **respeita à desminagem**, em 2012, foram abrangidas 255 áreas numa extensão de 8.714.708 m², onde foram destruídas 9.053 minas terrestres e 1.126 engenhos não – explodidos. O resultado alcançado neste período representa uma realização acima de 100% do planificado para 2012. Foram efectuadas 166 acções de fiscalização e monitoria, o que representa uma realização acima de cerca de 100% do planificado e 50 actividades de validação às operações de desminagem, registou-se no contexto do programa livre de minas, uma realização em 80%, com a classificação de 20 distritos dos 25 planificados, nas províncias de Niassa (4); Cabo Delgado (3); Tete (2); Manica (4); Sofala (1); Inhambane (1); Gaza (4); Maputo (1).

a) Áreas de melhor desempenho

No contexto do **HIV e SIDA**, há realizações assinaláveis que importa retratar: avanços no cumprimento das metas para o TARV adulto e pediátrico, bem como a forte expansão do AT no contexto clínico, a operacionalização da Estratégia de Mobilização da Prevenção para Jovens a escala nacional, a implementação da estratégia de comunicação para transformação social relativamente ao HIV e SIDA, ao estigma e

discriminação foi alargado à extensão do país, com a implementação do Txova Txova nas províncias do sul e centro do país, combinadas com a campanha nacional da janela de esperança., houve ainda a continua provisão de preservativos e o início do desenho de instrumentos com vista ao financiamento às organizações comunitárias de base no contexto da Resposta Nacional.

Géneros - observaram-se esforços destacáveis de sectores como a função pública que procuraram desagregar os dados por sexo. O cumprimento em 100% da meta“ Aplicar o sistema de incentivos (isenção de taxas de propinas e de exames e fornecimento de produtos de higiene e material escolar às raparigas) para maior equilíbrio de género e evitar exclusão por razões económicas” é um exemplo bom exemplo de compromisso através da planificação e implementação. Recomenda-se neste sentido a manutenção do modelo de Matriz do Balanço do PES 2012 e a realização do necessário ajuste equivalente à Matriz do PES para o ciclo de planificação de 2014.

Na área do **ambiente**, as principais realizações centraram-se nas áreas de Coordenação Intersectorial, Gestão Ambiental, Planeamento e Ordenamento Territorial, Promoção Ambiental, Mudanças Climáticas, e Qualidade Ambiental, Coordenação Intersectorial, Gestão Ambiental, Planeamento e Ordenamento Territorial, Promoção Ambiental, Mudanças Climáticas, e Qualidade Ambiental. a integração dos assuntos Transversais através da realização de um curso sobre Valorização dos ecossistemas e integração dos aspectos ambientais com a componente de Género e Ambiente, Mudanças Climáticas, Pobreza e Ambiente com a participação de 22 unidades ambientais dos diferentes sectores ao nível central. Há ainda que destacar a Iniciativa Presidencial “Um Líder Uma Floresta Nova”, onde foram criadas em todo país 19.154 Florestas Comunitárias e capacitados 2439 educadores ambientais a escala nacional com vista a fazer face aos problemas ambientais levantados nas 300 localidades prioritárias no âmbito do Programa de Educação, Comunicação e Divulgação Ambientais (PECODA)

A segurança alimentar e nutricional por sua vez assegurou a realização de actividades como a disponibilização de sementes melhoradas, fertilizantes e redes pesqueiras, realização das hortas e fruteiras comunitárias nos 40 distritos mais afectados pela desnutrição crónica e nas escolas, expansão Massiva da Fortificação de Alimentos com Ferro, Zinco e Vitamina A ao nível da Indústria, Intensificação das palestras de educação nutricional, uso de água potável e melhoria do saneamento do meio ao nível comunitário e a expansão e promoção do cultivo e consumo da Batata-doce de Polpa Alaranjada (BDPA).

No âmbito da Gestão do risco de calamidades, o INGC, como coordenador da Gestão de Calamidades submeteu para apreciação e aprovação do Conselho de Ministros, a lei de Gestão de Calamidades, a qual cria o quadro jurídico-legal da gestão das calamidades, tendo em vista reduzir o nível de risco e da vulnerabilidade, em todos os sectores de actividade, através de acções de previsão, prevenção, alerta, socorro, reassentamento, reabilitação, pronto restabelecimento da normalidade e retoma da vida económica e social, esperando que a mesma seja aprovada pela Assembleia da República.

Desminagem, realizadas palestras educativas para a prevenção de acidentes com minas e outros engenhos explosivos, prestada a assistência as vítimas de minas em coordenação com a sociedade civil, onde foi possível trabalhar na identificação, encaminhamento e assistência as pessoas com deficiência, incluindo as vítimas de minas, tendo sido identificados e encaminhados 637 pessoas com deficiência de 2011 a 2012.

b) Áreas de fraco desempenho/constrangimentos

Na resposta ao HIV e SIDA há que anotar a redução no nível de financiamentos. Alias, importa salientar que aquele ano marcou o fim de financiamento ao Fundo Comum pelos Parceiros Externos, o que implica um maior desdobramento do estado moçambicano em alocar recursos para este sector.

A segurança alimentar e nutricional, é de realçar é de se anotar as cheias que se verificaram em quase todo o país. A avaliação realizada pelo SETSAN e parceiros em Fevereiro deste ano, indicam que os danos económicos e sociais foram severos na Província de Gaza (139.894 pessoas afectadas), seguido de Zambézia (33.956 pessoas) e de Inhambane (1.042 pessoas) tendo se observado a ocorrência de óbitos nas províncias de Gaza (41) e Zambézia (23)

Desminagem, a exiguidade de fundos e a alocação tardia têm sido grandes constrangimentos para este sector, importa assim referir que o ano de 2012 foi caracterizado pelo desembolso tardio de fundos, sendo de destacar que até ao final do primeiro semestre o grau de realização era de 17% do planificado, segundo os dados que constavam na base de dados do IND.

c) Principais lições aprendidas/desafios

No domínio da resposta nacional a coordenação multisectorial constitui um ganho no contexto do cumprimento do mandato do CNCS. Por outro lado, existe a necessidade de uma articulação fluida com o Ministério das Finanças e as Direcções provinciais de Finanças para a optimização dos fluxos de liquidez para que o financiamento aos implementadores não sobre interrupções e isso afecte a situação de saúde ou clínica

dos beneficiários, o reforço da Coordenação e da Monitoria, no âmbito do processo de descentralização da Resposta constitui igualmente um desafio para o CNCS.

Na área do Género, o desempenho dos parceiros contribuiu para os passos positivos na implementação de actividades que propiciam a elevação do estatuto da mulher, atenção específica a assuntos de género e benefícios equitativos dos serviços com destaque para os esforços contínuo de desenvolvimento institucional e capacitação para a Planificação e Orçamentação na Óptica de Género e integração de assuntos de género no sector de educação especialmente na área de formação técnico profissional. A regularidade dos encontros do Grupo de Coordenação Género foi também um mecanismo de apoio importante. Não obstante julga-se necessária uma maior participação dos pontos focais de género no processo de planificação sectoriais para fortalecer a reflexão das prioridades de género nos respectivos planos para acesso à recursos e monitoria do progresso. A manutenção da tendência positiva de fortalecimento da perspectiva de género no Balanço do PES e extensão da boa prática ao PES e Cenário Fiscal de Médio Prazo. Recomenda-se a promoção de prémios aos sectores com melhor desempenho em matéria de integração de assuntos de género, como forma de estimular as boas práticas.

Na área do ambiente, os grandes desafios ambientais na agenda internacional, centraram-se na realização da Cimeira do Rio+20 e o Lançamento do Roteiro Rumo a Economia Verde. No mesmo período o País acolheu vários eventos, entre vários, destacam-se a realização da Sétima Conferência das Partes da Convenção de Nairobi em Maputo, onde foram discutidos documentos importantes com vista a materialização do protocolo sobre a gestão e desenvolvimento marinho e costeiro integrando a região ocidental do Oceano Índico, onde são parte todos os países da linha da costa do oceano Índico, incluindo os pequenos estados insulares. Igualmente, o MICOA liderou o processo de preparação e participação de Moçambique na Décima Oitava Conferencia das Partes da Convenção Quadro das Mudanças Climáticas realizada em Qatar, onde se realizou em paralelo a CM 8 (Oitava Reunião das Partes do Protocolo do Quioto).

A segurança alimentar e nutricional, neste sector é de realçar que ao nível do Governo a integração de aspectos sensíveis a nutrição no Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA), a implementação progressiva da Estratégia e Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN II) e do Plano de Acção Multisectorial de Redução da Desnutrição Crónica (PANRDC), vários parceiros de cooperação tem desenhado programas para apoiar o Governo no alcance das metas estabelecidas acordadas.

Gestão do risco de calamidades, a necessidade de elaboração de uma matriz de acções para implementação das recomendações que o relatório da Auditoria de 2012 levantou.

Desminagem, apesar dos constrangimentos verificados, o programa de desminagem em 2012, ultrapassou a meta prevista de 8 milhões de m² de extensão de área desminadas. Com a disponibilização dos fundos por parte dos parceiros do programa, o segundo semestre de 2012, teve uma dinâmica diferente, permitindo alcançar e ultrapassar a marca previamente estabelecida. Assim, prevê-se a mobilização das capacidades e recursos para a desminagem, capacitação dos técnicos em matérias de destruição de engenhos não explodidos.

Estudos Realizados

HIV/SIDA, o CNCS e os seus parceiros estão a levar a efeito o MEGAS – Medição de gastos em HIV e SIDA – que é um exercício bienal de aferição do nível de financiamento do combate ao SIDA no país, ainda em 2013, o CNCS e os parceiros projectam levar a efeito o estudo sobre os Modos de Transmissão do HIV e SIDA, uma forma de actualizar o exercício levado a efeito há cinco anos. Por outro lado, devido a expansão da Indústria Extractiva mineira no país que se tem desenvolvido de forma acelerada, o Governo de Moçambique em coordenação com o Sistema das Nações Unidas está a levar a cabo um estudo sobre a vulnerabilidade social focalizado no HIV e SIDA, na Província de Tete.

Ambiente, elaborada e aprovada pelo Conselho de Ministros da Estratégia Nacional Sobre as Mudanças Climáticas, aprovada a proposta de prontidão do País (R-PP), e o respectivo Quadro legal o que irá conduzir ao País ao desenho da Estratégia do REDD+(Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), num processo igualmente envolvente de todos os segmentos da sociedade, elaborada a Avaliação Ambiental Estratégica da Costa de Moçambique, e 46 perfis ambientais dos distritos de todas as províncias costeiras, preparada e testada a adaptabilidade climática, viabilidade ecológica e económica das espécies marinhas através do cultivo experimental de duas espécies de peixe (Bacalhau Cobia e Corvina Gigante) na estação de Aquacultura do CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisa do Ambiente Marinho) em Cabo Delgado;

A segurança alimentar e nutricional, realizada uma monitoria que recomendou assistência humanitária até Fevereiro de 2013 para 270.300 pessoas em situação de InSA, apesar do Governo e parceiros terem envidado esforços este número poderá ter aumento devido as cheias que se verificaram em quase todo o país. A avaliação realizada pelo SETSAN e parceiros em Fevereiro deste ano, indicam que os danos

económicos e sociais foram severos na Província de Gaza (139.894 pessoas afectadas), seguido de Zambézia (33.956 pessoas) e de Inhambane (1.042 pessoas) tendo se observado a ocorrência de óbitos nas províncias de Gaza (41) e Zambézia (23).

Calamidades, aprovação da lei de Gestão de Calamidades, a qual cria o quadro jurídico-legal da gestão das calamidades

Desminagem, assegurar a efectivação de operações de pesquisa e desminagem em pouco mais de 10.8 milhões de metros quadrados, promoção de palestras educativas para a redução de risco de acidentes, classificar como livres de minas 25 distritos das províncias de tete, manica, sofala, inhambane e Maputo.